



# Anais da Assembleia

Nº 160

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 28 DE DEZEMBRO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 121.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 1990  
(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Luciano Pizzatto.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Sabino Campos e Vera Agibert (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Werner Wanderer, Acir Mezzadri, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Ferrarini Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Rafael Greca, Renato Adur, Rubens Bueno e Valderi Mendes Vilela (20). Achando-se em licença os Senhores Deputados Algaci Túlio e Luiz Antonio Setti (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº DTL/385/90, do Senhor Gover-

nador do Estado comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 576/90, por razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/386/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 501/90, por razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/381, 382, 387, 388, 389, 390, 391 e 392/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

574/90 - Do Poder Executivo que altera dispositivos da Lei nº 8.925/88, que dispõe sobre tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores- IPVA, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.485. Anote-se. Arquite-se.

533/90 - Do Poder Executivo, que aprova créditos suplementares ao orçamento Geral do Estado, no montante de Cr\$ 1.319.467.257,00 (hum bilhão, trezentos e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete cruzeiros), para os fins que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.486. Anote-se. Arquite-se.

585/90 - Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 696.675.076,00 (seiscentos e noventa e seis milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e setenta e seis cruzeiros), para atender as programações que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.487. Anote-se. Arquite-se.

530/90 - De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila São Benedito, com sede e foro nesta Capital e o Centro de Amparo ao Menor Nossa Senhora do Monte Claro, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.488. Anote-se. Arquite-se).

569/90 - Do Poder Executivo, que dispõe que o Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura deixa de pertencer à sistemática da Lei nº 7.122/79, passando a ser regido pela Lei nº 7.424/80, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.489. Anote-se. Arquite-se.

541/90 - Do Poder Executivo que institui o valê-transporte, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.490. Anote-se. Arquive-se.

619/90 - Do Poder Executivo, que dispõe que fica a Receita de Recolhimento Centralizado reestimada para Cr\$ ..... 144.547.971.756,00 ( cento e quarenta e quatro bilhões, quinhentos e quarenta e sete milhões, novecentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e seis cruzeiros) conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.493. Anote-se. Arquive-se.

266/90 - De autoria dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.491. Anote-se. Arquive-se.

Sob o n° DTL/SAT/354/90, do Senhor Governador do Estado, com que restitui a esta Casa, o Projeto de Lei n° 269/90.

Da Senhora Maria Aparecida Souza e Silva - Advogada, comunicando ao Senhor Presidente e demais Parlamentares, em resposta dada pelo Senhor Governador do Estado, a notificação expedida no Mandado de Segurança 14321/90, pelo qual, credores da Fazenda Pública, pedem o cumprimento do Artigo 136 da Constituição Estadual e artigo 168 da Carta da República. Anote-se. Arquive-se.

Sob o n° DTL/SAT/393/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n°:

565/90 - Do Tribunal de Justiça, que cria a comarca de Campina Grande do Sul, altera os dispositivos que especifica da Lei n° 7.297, de 08.01.80, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.497. Anote-se. Arquive-se.

Sob os n°s DTL/SAT/383 e 384/90, do Senhor Governador do Estado, através do qual restitui a esta Casa, os Projetos de Lei n°s 588 e 515/90. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO N° 2907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência e a constituição

da Assembléia em Comissão Geral para a apreciação e para parecer ao Projeto de Lei n° 636/90, que concede a gratificação em determinadas zonas ou locais aos funcionários do Sistema Penal do Estado, na próxima sessão plenária, às 14h30m. Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO N° 2908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência e a constituição da Assembléia em Comissão Geral para a apreciação e para parecer ao Projeto de Lei n° 635/90, que concede o pagamento integral do 13° salário aos pensionistas do IPE- Instituto de Previdência do Estado, na próxima sessão plenária, às 14h30m.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO N° 2972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n° 623/90, que altera as tabelas de taxas do DETRAN.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n° 633/90, de autoria do Poder Executivo, constante da Ordem do Dia, da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n° 553/90, que autoriza a retirada do Estado do Paraná, do BRDE.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e vota-

ção, para o Projeto de Lei n° 642/90, de autoria do Poder Executivo, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 168/90, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o novo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação, para o Projeto de Resolução n° 218/90.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 2979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para a Proposição n° 185/90, com votação em separado dos dispositivos vetados e destaque para o parágrafo 2°, que trata da suplementação de verba desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO N° 2981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n° 566/90.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 573/90- ICMS.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 628/90 e 610/90.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 2994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, preferência de votação ao Projeto de Lei n° 623/90.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2983

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 2986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) LUCIANO PIZZATTO.

REQUERIMENTO N° 2970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 sessões, após findo o processo de votação, dos Projetos de Lei n°s 313/89; 521, 525 e 611/90, todos constantes da pauta da sessão plenária de hoje.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n°

642/90, com a sua posterior inclusão no período de Convocação Extraordinária.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### REQUERIMENTO N° 2991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por uma sessão, e inclusão no período extraordinário, do Projeto de Resolução n° 201/90.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### REQUERIMENTO N° 2992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por uma sessão, e inclusão no período extraordinário, do Projeto de Resolução n°s 622/90 e 573/90.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### REQUERIMENTO N° 2995

Senhor Presidente.

Solicito o arquivamento do Projeto de Lei n° 299/86 de minha autoria.

Sala das Sessões, 28.12.90

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO N° 2982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação de (01) sessão extraordinária, para a tarde de hoje, após o encerramento da sessão ordinária.

Outrossim, requer, a dispensa do interstício para a votação das normas constantes na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### REQUERIMENTO N° 2957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral do Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 004/90, que autoriza realização de plebiscito no distrito de Alto Ivai.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) LEÓNIDAS CHAVES.

#### REQUERIMENTO N° 2958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral do Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 393/90, que denomina de "Rodovia Francisco dos Santos Leal" trecho da BR-364, município de Palmital.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) LEÓNIDAS CHAVES.

#### REQUERIMENTO N° 2959

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral do Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 316/90, que declara de utilidade pública a creche "Maria Aparecida de Lima" em Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) LEÓNIDAS CHAVES.

#### REQUERIMENTO N° 2960

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral do Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 639/90, que cria o município de Segredo.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) LEÓNIDAS CHAVES.

#### REQUERIMENTO N° 2961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral do Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 637/90, que altera a redação do artigo n° 89, da subseção V, da Lei Complementar n° 41/87.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) LEÓNIDAS CHAVES.

#### REQUERIMENTO N° 2962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do

Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral do Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 638/90, que altera a redação do inciso IV, da Lei n° 6.417/73.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) LEONIDAS CHAVES.

#### REQUERIMENTO N° 2939

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, após ouvido o Plenário, seja convocado o Conselho Diretor do BRDE, a fim de prestar esclarecimentos da atual situação financeira e econômica do BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) RUBENS BUENO.

Apoiamento: Raul Lopes, Pedro Tonelli, José Rogério Carvalho, João Arruda.

#### JUSTIFICATIVA:

Dada a amplitude das repercussões que podem advir da retirada do Paraná do convênio CODESUL/BRDE, e considerando a importância de terem os Parlamentares dados cada vez mais atualizados da situação do banco para analisarem o mérito da Mensagem do Executivo, a convocação da diretoria do BRDE é imprescindível. Em vista disso, faz-se necessário adiamento da votação ao anteprojeto do Senhor Governador sobre a retirada do Paraná do convênio CODESUL/BRDE.

#### REQUERIMENTO N° 2940

Senhor Presidente.

Os líderes partidários, com assento nesta casa; no uso de suas atribuições regimentais, Requerem, após ouvido o douto Plenário, seja convocado o Conselho Diretor do B.R.D.E., a fim de prestar esclarecimentos da atual situação financeira e econômica do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(aa) LINDOLFO JÚNIOR - Líder do P.L.

BASÍLIO ZANUSSO - Líder do P.F.L.

ALGACI TÚLIO - Líder do P.D.T.

PEDRO TONELLI - Líder do P.T.

EDUARDO BAGGIO - Líder P.D.C.

LUCIANO PIZZATTO - Líder do P.R.N.  
em exercício.

#### REQUERIMENTO N° 2909

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a criação de uma comissão especial interpartidária para estudar o sistema financeiro do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

#### JUSTIFICATIVA:

Em 05 de novembro de 1990, Sua Excelência o Governador Álvaro Dias enviou à Assembléia Legislativa, Mensagem solicitando autorização para o Executivo promover a retirada do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE.

Dada a importância do tema e consideradas insuficientes as justificativas constantes da Mensagem, e considerando ainda que o BRDE faz parte de um contexto, é sobremaneira importante que se promova um estudo mais detalhado de todo o Sistema Financeiro do Estado, para que os parlamentares conheçam todos os aspectos pertinentes ao assunto e tenham assim elementos ponderáveis para uma decisão criteriosa.

#### REQUERIMENTO N° 2993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a formação de comissão especial interpartidária para estudar o sistema financeiro Estadual, com prazo para apresentar suas conclusões a 15 de janeiro.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) RUBENS BUENO.

Apoiamento: Nereu Carlos Massignan, Caíto Quintana, José Rogério Carvalho e (01) ilegível.

#### REQUERIMENTO N° 2931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, seja inscrito em ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento Adam Polan Kossobudski, ocorrido nesta data.

O professor Kossobudski, falecido aos 70 anos de idade, foi médico humanitário que clinicou em União da Vitória e Curitiba e professor do Curso de Medicina da Universidade Federal do Paraná. O Dr. Adam Polan Kossobudski era filho do também médico Simão Kossobudski, líder da comunidade polonesa paranaense e um dos fundadores da nossa Universidade Federal.

Por seus méritos de cidadão exemplar, de médico dedicado e de formador de novas gerações de profissionais da Medicina, o Dr. Adam Polan Kossobudski merece ter sua memória cultuada entre nossa gente.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO N° 2978

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

inserido em Ata da presente sessão, "Voto de Profundo Pesar" pelo passamento da Sra. Ana Maria S. Moleta, ocorrido em Ipiranga, em data de 26 de dezembro do ano em curso, com a idade de 69 anos.

A Sra. Ana Maria S. Moleta era casada com o Sr. José Moleta, comerciante aposentado, e deixa os seguintes filhos: Maria Idite, casada com Sr. Galileu; Ângela Deomira casada com Sr. Nicolau; Rosa, casada com Sr. Sebastião; Reinério, casado com a Sra. Ilídia; Moacir, casado com a Sra. Elaine; Davina casada com o Sr. Odair; Eli-seo, casado com a Sra. Doriléia; Valentin, casado com a Sra. Izabel; Elisabete, casada com o Sr. Juarez; Guido, casado com a Sra. Salete; Inez, casada com o Sr. Pedro; Nei-va Izabel, casada com o Sr. José Altair; Sálvio e Ageu solteiros, bem como 39 netos e 05 bisnetos.

O lamentável acontecimento abalou a sociedade ipiranguense, onde a mesma gozava da maior estima e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência a família enlutada, no seguinte endereço: Rua XV de Novembro - Ipiranga - Pr.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### REQUERIMENTO N° 2910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração de Votos de Congratulações, pela passagem do 38° Aniversário do Município de Marilândia do Sul, comemorando no dia 13 de dezembro de 1990.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal Jaime Rossi.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO N° 2911

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações pela realização do 3° Encontro Estadual de Associações e Conselhos do FUNDEC, a ser realizado nos dias 17 e 18 de dezembro do corrente ano Centro de Treinamento da EMATER - Parque Castelo Branco - Br. 116 - Piraquara.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Odeni Villaca Mongrue, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social; Zenita Duarte Isaguirre - Coordenadora Estadual do FUNDEC; Ernesto Huascar Blum Capozzi - Superintendente do Banco do Brasil no Paraná.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO N° 2941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, congratulações pela passagem do 44° aniversário do DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### REQUERIMENTO N° 2942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a consagração na ata da presente sessão, de votos de congratulações ao Vereador João Araújo, do PFL, por sua eleição como novo Presidente da Câmara Municipal de Londrina.

Outrossim, requer ainda que da decisão desta Casa seja dado ciência ao referido Legislativo Municipal.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) JOÃO ARRUDA.

#### REQUERIMENTO N° 2943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a consagração na ata da presente sessão, de votos de congratulações ao Vereador Alberto Koelbel, do Partido da Frente Liberal, por sua eleição como novo Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Requer ainda que da decisão desta Casa seja dado ciência ao referido Legislativo Municipal.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) JOÃO ARRUDA.

#### REQUERIMENTO N° 2948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações pelo 26° Aniversário do Município de Jardim Alegre, comemorado em 19 de dezembro de 1990.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Abdo Mohamad Addi, Digníssimo Prefeito Municipal da referida cidade, bem como ao Excelentíssimo Sr. Vereador Juventino Lopes Pereira, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal da mesma.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO N° 2949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de Votos de Congratulações pelo lançamento da Coletânea de Legislação Ambiental - Federal e Estadual, no dia 12 de Dezembro de 1990.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza - Secretário de Ciência e Tecnologia; ao Engenheiro Florestal Geraldo Luiz Farias e Márcia Cristina Lima, Bióloga, pertencente a mesma secretaria sito à Rua Marechal Hermes s/n - Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO N° 2912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial da Assembléia Legislativa ao Secretário dos Transportes, Sr. Francisco Deliberador Neto, solicitando a construção de acesso ligando a BR - 277 ao Trevo da Argentina, no município de Foz do Iguaçu.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, ao Prefeito e à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, construção do acesso supracitado, desafogará o movimento de veículos que utilizam o centro da cidade, para chegarem ao Trevo da Argentina, consequentemente utilizando as pistas da Avenida Mario Filho e fazendo o contorno leste da cidade de Foz do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO N° 2921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial da Assembléia Legislativa ao Sr. Secretário da Saúde, Sebastião Rodrigues Pimentel, solicitando a destinação de verbas para o início das obras do Hospital Municipal de Foz do Iguaçu.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Senhor Secretário da Saúde e ao Prefeito e Vereadores do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

#### JUSTIFICATIVA:

A destinação de verbas, objeto do presente requerimento advém do enorme déficit de leitos hospitalares no município de Foz

do Iguaçu.

Através de projeto apresentado aos técnicos da Secretaria de Estado da Saúde e de conhecimento da 9.ª Regional de Saúde, constata-se a necessidade do pedido, diante de um quadro sofrível que encontrase Foz do Iguaçu na área da Saúde Pública. E somente com ajuda dos Governos, Estadual e Municipal, que se conseguirá sanar tal prejuízo.

#### REQUERIMENTO N° 2922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial da Assembléia Legislativa à Ministra da Economia, Sra. Zélia Cardoso de Melo, ao Sr. Delegado da Receita Federal no Paraná, Norton José Siqueira Silva, ao Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias e ao Senhor Secretário da Fazenda, Adelino Ramos, solicitando recursos para as obras do Portal de Foz do Iguaçu.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à Ministra da Economia, ao Sr. Delegado da Receita Federal no Paraná, ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário da Fazenda e ainda ao Prefeito Municipal e Vereadores do município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, recursos para a construção do Portal de Foz do Iguaçu, possibilitariam a retirada das barreiras alfandegárias próximas das pontes que ligam Paraguai e Argentina, desafogando o tráfego entre os países e fazendo com que na prática a cidade de Foz do Iguaçu obtivesse uma zona de livre comércio.

#### REQUERIMENTO N° 2923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial da Assembléia Legislativa ao Senhor Secretário de Estado da Administração, Gino Azzolini Neto, solicitando que se retire da lista de imóveis a serem leiloados pela terceira fase da Reforma Administrativa, imóvel situado na rua Jorge Schimmelpfeng, n° 849, na cidade de Foz do Iguaçu, de propriedade da SUREHMA.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Sr. Secretário de Estado da Administração e ao Prefeito Municipal e Vereadores do município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90



(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

**JUSTIFICATIVA:**

O imóvel, objeto do presente pedido, encontra-se sendo utilizado pelo Serviço de Valorização do Menor-SERVIM, mas é de propriedade da Superintendência dos Recursos Hídricos - SUREHMA, sendo que este órgão colocou na lista de imóveis a serem leiloados.

Ocorre que numa integração entre o PROVOPAR de Foz do Iguaçu e Caritas Diocesana esse imóvel vem sendo utilizado pelo SERVIM, e contamos com um Projeto de Lei em andamento na Assembléia Legislativa, pedindo a doação deste imóvel para a Prefeitura de Foz do Iguaçu.

**REQUERIMENTO N° 2924**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente Oficial da Assembléia Legislativa ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, e ao Senhor Secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, solicitando o imediato início das obras de reconstrução da passarela do Parque Nacional do Iguaçu, no Município de Foz do Iguaçu, Paraná.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Senhor Secretário do Meio Ambiente e ainda ao Prefeito Municipal e Vereadores do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

**JUSTIFICATIVA:**

A urgência do presente pedido deve-se pelo fato de Foz do Iguaçu ser o segundo pólo turístico do Brasil.

Faz dois anos que ocorreu o fechamento da passarela para a visitação pública, contribuindo para a péssima imagem do Paraná na área turística.

**REQUERIMENTO N° 2925**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Senhor Secretário de Estado da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Paulo Roberto Pereira de Souza, solicitando urgência na criação do curso de Informática no Campus da UNIOESTE-FACISA, para implantação no ano de 1991.

Requer-se outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência ao Senhor Secretário de Estado da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e ao Prefeito Municipal e Vereadores de Foz do

Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

**JUSTIFICATIVA:**

A criação do Curso de Informática no Campus da UNIOESTE-FACISA, objeto do presente requerimento, é de fundamental importância, pois está próximo aos países da Argentina e Paraguai possibilitando a criação em Foz do Iguaçu, do pólo de tecnologia em informática no Paraná.

**REQUERIMENTO N° 2926**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Senhor Secretário de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Paulo Roberto Pereira de Souza, solicitando repasse de verba para acelerar a construção do prédio próprio da FACISA (Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas- UNIOESTE).

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Senhor Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e ao Prefeito Municipal e Vereadores do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

**JUSTIFICATIVA:**

O repasse de verba para a FACISA, objeto do presente requerimento é de fundamental importância.

Já conta com terraplenagem executada pelo Governo do Município de Foz do Iguaçu e necessita ainda de maior aporte de recursos por parte do Governo do Estado.

**REQUERIMENTO N° 2927**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, Odeni Villaca Mongruel, solicitando destinação de recursos para a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, para ser efetuado um levantamento e triagem de agricultores brasileiros que moravam no Paraguai.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, e ao Prefeito Municipal e Vereadores do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

**JUSTIFICATIVA:**

A necessidade da destinação de recursos, objeto do presente requerimento,



ocorre pela grande demanda de agricultores que deslocam-se para o Paraguai e lá não alcançam seus objetivos e retornam instalando-se nas favelas de Foz do Iguaçu.

Isso só tem aumentado a pobreza do Brasil e ainda contribuído desfavoravelmente para a imagem do país.

Esse levantamento permitirá a identificação dos agricultores, por região de origem, destino, bem como escolaridade, renda e número de familiares, possibilitando uma ação eficaz do poder público.

#### REQUERIMENTO N° 2928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Senhor Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, e ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Franciso Deliberador Neto, solicitando que os respectivos órgãos realizem estudos para a posterior duplicação da BR-277, no trecho que liga as cidades de Foz do Iguaçu e Cascavel.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro da Infra-Estrutura, ao Senhor Governador do Estado do Paraná, e ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, e ainda aos Senhores Prefeitos e Vereadores dos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

A duplicação da BR-277-objeto do presente requerimento é fundamental.

Os Governos Federal e Estadual, devem iniciar urgentemente estudos para a viabilização do presente pedido.

O trecho em questão (Foz do Iguaçu Cascavel) é diariamente utilizado por milhares de veículos, tanto de passeio, ônibus e caminhões, tendo em vista que esta via liga a fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai.

Devido o intenso tráfego, os acidentes são constantes, e ainda sem a infra-estrutura adequada para o atendimento dos mesmos.

#### REQUERIMENTO N° 2929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, José Moacir Favetti, solicitando que se firme convênio entre a Secretaria da Segurança Pública e o Conse-

lho Comunitário de Foz do Iguaçu para a construção da nova cadeia pública de Foz do Iguaçu.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Prefeito Municipal e Vereadores do município Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, é de extrema necessidade tendo em vista que a antiga cadeia pública encontra-se fechada através de ato do Poder Judiciário de Foz do Iguaçu.

Esse convênio deverá determinar que a construção da nova cadeia será em área desabitada, de preferência na Zona Rural, ao longo da divisa com Santa Terezinha de Itaipu e não permita a sua localização na área do Colégio Agrícola Manoel Moreira Pena, região que congrega inúmeros bairros residenciais, intranquilizando os moradores da região sul da cidade de Foz do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO N° 2930

Senhor Presidente.

Via de regra os setores mais desorganizados da sociedade estão sujeitos a prejuízos, em função da inexistência de "força de pressão" social articulada.

Ao que tudo indica um dos setores prejudicados pela administração do Governo Álvaro Dias em 1990, ainda que muito número, é o dos usuário do transporte coletivo intermunicipal. Senão vejamos:

1 - Tanto o Governo Federal quanto o Estadual deixaram de conceder reajustes salariais aos trabalhadores assalariados relativamente ao índice de 84.32% de inflação do mês de março/90.

2 - Comportamento diferente adotou o Governo Álvaro Dias em relação aos reajustes passagens no transporte intermunicipal. A inflação acumulada de março a dezembro de 1990, excluído o índice de 84.32%, foi de 222,17% IPC com índice de março, atingiu a cifra de 493,83%. Entretanto os reajustes das passagens atingiram a cifra acumulada de 643,67%.

Segundo informações extra-oficiais o DSTC-Pr autorizou a partir de março/90, os seguintes reajustes: 73% em 01.03.90; 18,58% em 17.3.90; 43,03% em 08.06.90; 33,35% em 23.08.90; 31,08% em 18.10.90 e 45% em 01.12.90.

3 - Por seu turno o Governo Federal não concedeu reajustes iguais ou superiores à inflação, de forma que as passagens para distância superiores - se interestadual, estão atualmente custando mais que as relativas a distâncias inferiores - mas dentro do Estado do Paraná.

É o caso, por exemplo, da Empresa Reunidas que está autorizada a cobrar Cr\$ 391,37 para a linha Curitiba a Mafra-SC e Cr\$ 475,17 para a linha Curitiba a Rio Negro-PR. Ou seja, distância maior/custo menor, e vice-versa veja as passagens em anexo, adquiridas exclusivamente para servir de prova.

4 - Outra implicação séria é o custo das passagens do transporte coletivo metropolitano. Segundo a mesma denúncia houve durante o ano de 1990, reajustes diferenciados para as linhas rodoviárias e Metropolitanas - 40% e 45% respectivamente em 01.12.90. Além disso a mesma fonte informa que neste último reajuste nas passagens das linhas metropolitanas de Curitiba, houve arredondamento "para cima". Ex. de Cr\$ 46.00 para Cr\$ 50.00 o que se constitui em crime contra a economia popular.

Diante do exposto, REQUEIRO, após a manifestação do Plenário, o envio de ofício ao Diretor do Departamento de Serviços Transporte Comercial, solicitando informações precisas e detalhadas sobre os reajustes autorizados durante o ano 1990.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) PEDRO TONELLI.

#### REQUERIMENTO N° 2933

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao egrégio Tribunal de Justiça, solicitando a este a criação da comarca de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(aa) ANIBAL KHURY.

DUILIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

O pedido que acima se faz é baseado no notório progresso alcançado na localidade de Nova Aurora. Prova do árduo labor de sua honrada gente, que há muito vem dignificando o nome de Nova Aurora.

O cumprimento de nosso pedido em muito alegria a gentil e progressista Nova Aurora.

#### REQUERIMENTO N° 2966

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder, ao Diretor-Presidente do BANESTADO, solicitando estudos de viabilidade para instalação de um POSTO AVANÇADO no distrito de ARAPUAN, no município de JANIÓPOLIS.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

O grande número de produtores rurais localizados naquela localidade, justifica perfeitamente a necessidade de se instalar um Posto Avançado para facilitar a vida de todos eles, uma vez que não necessitariam mais terem que se deslocar à sede do município, para realizar suas transações bancárias. Além do que, essa reivindicação, uma vez atendida, contribuiria para o cunho social do BANESTADO, que vem se esforçando para estar presente em todos os cantos do PARANÁ.

#### REQUERIMENTO N° 2967

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder, à Superintendência Regional do Banco do Brasil S/A, solicitando estudos de viabilidade para instalação de um POSTO AVANÇADO no distrito de ARAPUAN, no município de JANIÓPOLIS.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

O grande número de produtores rurais localizados naquela localidade, justifica perfeitamente a necessidade de se instalar um Posto Avançado para facilitar a vida de todos eles, uma vez que não necessitariam mais terem que se deslocar à sede do município para realizar suas transações bancárias. Além do que, essa reivindicação, uma vez atendida, contribuiria para o cunho social do Banco do Brasil que vem se esforçando para estar presente em todos os cantos do PARANÁ.

#### REQUERIMENTO N° 2987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial da Assembléia Legislativa ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. José Moacir Favetti, solicitando que o município de Foz do Iguaçu passe a usar imediatamente as instalações do Distrito Policial do Porto Meira, com a também imediata designação de um Delegado, um Escrivão e equipe de agentes com viatura.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Prefeito e à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, aguarda há mais de oito meses que o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública designe Delegado, Escrivão e equipe de agentes com via-

tura para que o Distrito Policial de Porto Meira possa entrar em funcionamento, pois essa região conta com mais de 40 mil pessoas e com elevado índice de intranquilidade devido a falta de policiamento.

#### REQUERIMENTO N° 2988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial da Assembléia Legislativa ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Francisco Deliberador Neto, solicitando recape para a conservação da Rua Mário Filho, no Bairro de São Francisco, no Parque Morumbi, na Cidade de Foz do Iguaçu.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, ao Prefeito e à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido advém da necessidade de recuperação da citada rua. Ela foi entregue, com festejos, pelo Senhor Governador do Estado no presente ano. Mas, esse importante acesso utilizado por mais de 60 mil habitantes, já apresenta inúmeros buracos, tornando-se intransitável em alguns trechos.

#### REQUERIMENTO N° 2989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial da Assembléia Legislativa ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Francisco Deliberador Neto, solicitando o asfaltamento da ESTRADA VELHA DE GUARAPUAVA, estrada pioneira que faz ligação da cidade de Foz do Iguaçu até a cidade de Guarapuava, que faz divisa com o Parque do Iguaçu.

Requer-se, outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, aos Prefeitos e Câmaras Municipais das cidades de Foz do Iguaçu e Guarapuava.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta estrada, objeto do presente requerimento, é um importante acesso para a fiscalização e proteção do Parque Nacional do Iguaçu (Patrimônio da Humanidade), atendendo ainda a inúmeros produtores rurais dos municípios de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu.

Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 651/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a área de Proteção Ambiental Estadual de Superagui, na região descrita nesta lei, atuando como zona tampão, para resguardar os limites e transição do Parque Nacional de Superagui, sem prejuízo dos demais instrumentos de proteção estaduais, federais e municipais.

Art. 2° - Os limites da Área de Proteção Ambiental Estadual de Superagui são os compreendidos na faixa de 500 metros de praia, localizada no perímetro do Parque Nacional do Superagui, desde a vila de Superagui até a localidade da barra do Arapira.

Art. 3° - A área de Proteção Ambiental Estadual de Superagui, como Unidade de Conservação de Manejo Sustentável, será fiscalizada e controlada pelo ITCF, o qual regulamentará as normas e restrições de uso, observando-se as limitações prescritas nesta lei e demais disposições em vigor.

Art. 4° - Na área da A.P.A. Estadual de Superagui, além do prescrito no artigo 3° não poderá ser permitida nenhuma forma de construções ou alterações significativas do meio ambiente, salvo os estritamente necessários para atividades científicas de pesquisa, controle ou educação e a manutenção estrutura da Vila de Superagui, visando a qualidade de vida de seus habitantes.

Parágrafo Único - O ITCF no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a promulgação desta lei, baixará normas específicas visando a eventual atividade turística nesta área.

Art. 5° - Está lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.12.90

(a) LUCIANO PIZZATTO.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa fornecer ao Poder Público o necessário instrumento para resguardar os limites e transição do Parque Nacional do Superagui, criado quando o autor era o Diretor de Parques Nacionais e Reservas Florestais do IBDF, atual IBAMA.

Com este instrumento, a faixa de praia, desde a Vila de Superagui até a barra do Arapira, ficará protegida pelo Poder Público Estadual concorrentemente com os demais poderes, através da legislação vigente, respeitadas as situações e os limites já existentes, de edificações urbanas ou qualquer outro tipo de ocupação, que não as previstas em lei, assegurando ainda de forma eficaz a proteção ambiental necessária ao Parque Nacional do Supera-

gui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente, passa-se ao horário do Pequeno e Grande Expedientes.

Não havendo oradores inscritos, passa-se ao horário das lideranças. Não havendo quem quera fazer uso do horário, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 168/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para a Proposição n° 185/90. Aprovado.

Com votação em separado dos dispositivos vetados e destaque para o parágrafo 2° que trata da suplementação da Verba da Assembléia.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a votos o veto apostado ao parágrafo 2° que trata da suplementação de verba da Assembléia.

O Senhor 1° Secretário fará, por duas vezes, a chamada nominal dos Senhores Deputados. Ao ser chamado, o Deputado deverá dirigir-se à Mesa dos trabalhos onde receberá sobrecarta rubricada do Senhor 1° Secretário. Após deverá dirigir-se à cabine indevassável localizada à direita da Mesa, onde em seu interior, encontrará cédulas de votação, contendo as expressões "SIM" e "NAO".

Os Senhores Deputados favoráveis à manutenção do veto deverão votar "SIM" e os contrários à manutenção do veto, votarão "NAO".

Mais uma vez: Os Senhores Deputados favoráveis à manutenção do veto deverão votar "SIM", os contrários à manutenção do veto, votarão com a cédula "NAO".

Após ter feito a sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que

se encontra sobre a Mesa.

A Presidência esclarece que para derubar o veto e conseqüente aprovação dos dispositivos vetados, serão necessários 28 votos.

O SR. 1° SECRETÁRIO -Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram trinta e sete (37) Senhores Deputados. Designo os Deputados Antônio Annibelli, Eduardo Baggio e Acir Mezzadri para comporem a nobre Comissão Escrutinadora.

O SR. 1° SECRETÁRIO - 35 votos. Não, 2 votos em branco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta e cinco a dois, rejeitado o veto.

Será enviado, ainda na sessão de hoje para promulgação governamental. Os demais dispositivos foram considerados vetados.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, como justificativa de posicionamento.

Em determinados momentos a situação nos obriga a tomadas de decisões. Nós tivemos, durante três ou quatro dias, buscando encontrar a solução, a explicação, a justificativa para a dificuldade de entendimento entre o que dizia a Assembléia Legislativa, a sua contabilidade, a assessoria, e o que dizia a Secretaria de Planejamento.

Indiscutivelmente, em final de ano é difícil, muitos setores envolvidos com encerramento de ano, esse interregno entre Natal e Ano Novo, onde as informações, as pessoas com quem se busca falar e conhecer a profundidade, torna-se difícil de encontrá-las.

Mas, chegamos à conclusão e eu faço esta declaração para que não paire dúvida entre os companheiros Parlamentares, a Presidência, a imprensa que cobre a sessão, aqueles que assistem à sessão sobre o posicionamento inclusive da nossa Bancada de derrubada do veto.

Ontem, em contato com a Secretaria de Planejamento e em contato com o setor responsável pela contabilidade da Casa nós conseguimos chegar a uma conclusão.

A Assembléia Legislativa encaminhou para a Secretaria do Planejamento, dia 10 de novembro, um pedido de suplementação de 1.302.000,00 para propiciar o pagamento dos meses de novembro, dezembro e 13° de funcionalismo público da Assembléia Legislativa.

Conseqüentemente como a inflação corrói o judiciário, corrói o executivo que necessita de rubrica orçamentária para po-

der contabilizar, a Assembléia Legislativa também precisa de rubrica orçamentária para poder contabilizar os próprios pagamentos que fez.

O Executivo não enviou, o Planejamento não enviou a solicitação da Assembléia Legislativa, houve uma emenda da Assembléia Legislativa num Projeto de Executivo, fazendo a suplementação, o Executivo vetou.

Por conseguinte, desse valor de recurso não significa que o Executivo venha passar esse dinheiro para o Legislativo agora, esse recurso já foi passado inclusive para o Legislativo, que o Executivo diga-se de passagem, nunca deixou de cumprir em cada final de mês o pagamento do servidor aqui, o que nós precisamos é suplementação de rubrica orçamentária na Assembléia para poder contabilizar e fechar o ano legislativo de 1990, encerrando o balanço da Assembléia Legislativa.

Obrigaria o quê? Obrigaria que o Executivo enviasse uma Mensagem para a Assembléia para ser aprovada nessa suplementação, coisa que nós estando na última sessão do ano é impossível de acontecer.

Qual é a saída técnica que nesse instante nós temos que assumir a responsabilidade de conduzir bem ou mal, mas achar a saída para o encerramento? É derrubar o veto, porque derrubando o veto nós temos a suplementação necessária para contabilizar, inclusive os meses de novembro e dezembro já pagos pela Assembléia para os seus servidores.

Faço essa justificativa para que o Poder Legislativo, tantas e tantas vezes escrachado por falta de informação, que nós não venhamos afirmar no dia de amanhã, em veículos de imprensa ou mesmo Parlamentares, de que nós tenhamos pedido transferência de recursos no valor de um milhão e trezentos mil para a Assembléia Legislativa; nós estamos pedindo aumento de dotação orçamentária, para contabilizar recursos inclusive que já entraram no Poder Legislativo.

Era isso, Senhor Presidente, para justificar a posição tomada, principalmente pela nossa Bancada e pelas demais Bancadas aqui presentes.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas eu solicito a palavra pela ordem para pedir esclarecimentos à Mesa do que significa esse Projeto de Resolução n° 218/90, de autoria da Comissão Executiva que altera o artigo 1° da Resolução 161/85, de 17 de dezembro de 85. Eu não encontrei aqui justificativa que possa conhecer qual é o conteúdo dessa resolução.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa

Excelência será devidamente informado por ocasião da votação da matéria.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Agora, não encontro nos avulsos qualquer justificativa para que eu possa me informar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência terá as explicações na hora da votação.

Ao Projeto de Resolução 161, de 17 de dezembro, apenas é acrescentada a palavra assistência social e com despesa de capital e correntes. A Mesa informa que a Assembléia desapropriou três propriedades ao redor da Assembléia, uma já totalmente paga, quer dizer, está no esquema para pagamento e as outras duas na fase final. Nós precisamos desse dinheiro, que é da aplicação do over, não é nenhuma verba do Governo, nenhuma verba da Assembléia, é aplicação do over, e nós vamos, com essa expressão "correntes", nós vamos poder pagar as três propriedades que nós adquirimos aqui por esta verba.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - O que acrescenta então Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Correntes.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Somente correntes, após de: "em despesas de capital correntes".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As três propriedades, uma das propriedades, eu vou acrescentar mais, é aqui em frente à Assembléia.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 633/90. Aprovado.

O SR. RUBENS BUENO - Os níveis de vencimentos, cargos efetivos em comissão em função gratificada dos servidores civis bem como o salário do pessoal regido pela concentração do trabalho, ficam reajustados em 185,22 cuja implantação dar-se-á em uma única parcela, no mês de janeiro. Em discussão a Emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente.

eu declino da discussão, reservando para discutir a votação, se necessário for.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra para discutir o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas e demais participantes da nossa última Sessão Legislativa, deste ano, Servidores presentes, o que aliás esperamos que o próximo ano comece com espírito novo, com uma vontade nova, com prática nova...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...a atual Mesa pretende instalar as comissões.

As três propriedades são já posse da Assembléia. A outra seria para as oficinas, e já está também como posse da Assembléia, e a outra propriedade também aqui perto, 500 metros da Assembléia, dois mil e poucos metros quadrados, que a Mesa pretende estudar a possibilidade de se construir uma creche. É dinheiro produto do "over".

Nós estamos lutando com estas desapropriações há mais de dois anos, ainda na Presidência do Deputado Antônio Annibelli, e eu creio que a Assembléia está fazendo ótimas aquisições.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 218/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 642/90. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Qual é o item da Ordem do Dia, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Folhas 7 do Avulso, item 31, Lei da Polícia Militar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n° 623/90. Aprovado.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente.

Esta matéria que está sendo votada, o requerimento de preferência do Senhor Deputado Caíto Quintana, trata-se do aumento dos Servidores?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não; das taxas, taxas do DETRAN.

O SR. RUBENS BUENO - Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - .... representativa dos anseios majoritários do Paraná que nem sempre esses anseios majoritários foram transformados em posições legislativas majoritárias neste parlamento.

Esperamos sim que o ano que inicia e com a nova Legislatura possamos ter neste Parlamento uma confiança maior, de que aqueles que aqui estarão em nosso lugar, certamente representarão os anseios do dia-a-dia, da realidade daquele que vive do seu trabalho, bem contemplada neste Parlamento nos próximos anos, nos próximos quatro anos da legislatura que inicia em 1991.

Estamos nesta Tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados para discutir matéria de grande interesse público do nosso Estado, além do grande interesse público que nós já citamos aqui; há mais de 190 mil famílias de paranaenses que hoje estão torcendo para que nós os Parlamentares, os contemplemos e possamos representá-los no momento em que nós vamos aprovar as reposições de perdas dos salários dos nossos servidores, bem como algumas medidas, bem como a data-base e outras que são propostas pelo Poder Executivo e que irão nortear a vida dos nossos servidores públicos que fizeram funcionar nesses últimos tempos e certamente estão dispostos a fazer funcionar nos próximos anos que são os nossos servidores, os seus vencimentos e os seus direitos.

Sua Excelência, o Governador, eu não preciso repetir aqui, enviou uma Mensagem Governamental apresentando a sua proposta. É óbvio que a proposta do Governo é a proposta do patrão. Então, ela é uma proposta desafortada para os servidores do Paraná, e eu quero repetir aqui. E é preciso que se repita que há a necessidade dessa Mensagem ser alterada por este Parlamento, porque se não corremos o risco mais uma vez de repetir aqui erros do passado e erros e equívocos que resultaram na rejeição da sociedade a muitos parlamentares que não merecem a confiança nas urnas por não adotarem posturas coerentes, representativas e simplesmente adotaram uma postura de ajoelhar e homologar todas as iniciativas do Poder Executivo, sejam elas justas ou não.

Então, quero chamar a atenção dos nobres companheiros Parlamentares que aqui estão hoje, nós temos o poder neste momento.

Esperamos usar esta prerrogativa para fazermos um pouco de justiça, justiça esta que não está contemplada na iniciativa go-



vernamental.

Por isso se faz necessário que aprove-mos alterações e alterações de mérito nes-ta Mensagem Governamental. Uma delas parte dela está contemplada na emenda proposta pelo Deputado Rubens Bueno que é dar o percentual proposto pelo Governo, mas pago integralmente no mês de janeiro.

Esta proposta contempla simplesmente a metade do que os nossos servidores têm di-reito a reposição.

Os dados do próprio Governo, dão conta de que a defasagem do ano de 1990, de ja-neiro a dezembro anunciada pela imprensa ontem foi de 1.774 e as antecipações que foram pagas pelo Governo do Estado do Pa-raná, resta ainda aos nossos servidores 354%, segundo os cálculos do IBGE, pelos cálculos do Dieese que é o órgão que for-nece informações e que assessora o movi-mento sindical dos trabalhadores, o órgão de maior confiança, o índice é ainda maior, mas o índice do Governo, do IBGE, a diferença que resta é de 364,5%. Os índi-ces do DIEESE é de 375,84%.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em nome da justiça, em nome da igualdade, em nome do atendimento às aspi-rações dos mais necessitados do Estado, é que nós apelamos às consciências dos Par-lamentares; vamos revisar essa mensagem, vamos aprovar emendas, se possível, que façam justiça e emendas que façam justiça, seria o caso de nós aprovarmos aqui repo-sição integral, 364%, sem parcelamento, porque é um outro absurdo, um artifício encontrado pelo Poder Executivo para cor-roer, para defasar de vez e de forma indi-reta, não dar nenhuma reposição para os nossos servidores.

Vimos ontem o anúncio oficial de in-flação de dezembro que chegou a quase 20%. Janeiro certamente será maior, fevereiro idem, março idem; temos exemplo de março passado que foi 84%, abril que foi de 44%, o índice de preços. Como que o Governo do Estado está oferecendo reposições aos nos-sos servidores quando nós sabemos que ha-verá uma inflação maior, mês a mês, maior do índice que está sendo proposto, como reposição de 90?

Crise financeira? Déficit financeiro? Isso não é motivo a não ser que o nosso Governador seja um grande mentiroso, por-que o que eu estou ouvindo e o que eu es-tou lendo - palavras vindas da boca do próprio Governador, ele está dizendo que vai entregar o Governo com saldo positivo, que não tem déficit, que tem sobra de re-cursos.

Ora, será que é preciso arrochar salá-rios, será que é preciso impor arrocho sa-larial desse tipo, impor fome, miséria, desemprego, desestímulo, tudo o que for coisa ruim ao servidor público, e condená-

-lo a ser o "bode expiatório" do Governo para que tenha um superávit na saída do seu Governo, depois de tantos absurdos acompanhados por nós no processo de arre-cadação, dando tratamento diferenciado nos tributos estaduais, favorecendo a setores que não merecem, tributando a setores que mereciam ser privilegiados, no entanto fo-ram desprivilegiados? Então, será que ago-ra o servidor público é que será responsá-vel pelo déficit, pela má administração, pelo mau gerenciamento das finanças públi-cas do nosso Estado? Nós, Parlamentares conscientes e comprometidos com a causa do trabalhador paranaense, nós não podemos engolir sem mastigar tais atitudes de ini-ciativa do Governador do nosso Estado, do Governo Álvaro Dias que durante os 4 anos procurou trucidar os interesses dos servi-dores públicos do nosso Estado.

Por isso Sr. Presidente, Srs. Deputa-dos, vamos tomar por base os cálculos do próprio Governo, vamos fazer justiça, va-mos emendar essa mensagem vamos conceder o IPC integral, vamos excluir este parcela-mento, porque este será corroído pelo ín-dice inflacionário da grande mentira ilu-sória deste Governo que prometeu inflação zero e agora a inflação zero é só no salá-rio.

É necessário que se façam alterações profundas, porque está em jogo a vida dos servidores e está em jogo a qualidade do nosso serviço público. Sabemos muito bem que servidor público trabalhando com fome, com problemas em casa, não vai trabalhar com ânimo. Nem trabalhador público, nem o trabalhador da iniciativa privada. Sabemos disto. Todo o mundo sabe disto. E o tempo da escravidão foi um exemplo. Os donos dos escravos alimentavam bem os escravos para que estes rendessem no trabalho; porque escravo com fome não rendia. Agora está se levando a situação do nosso servidor público, do trabalhador em geral, a um es-tado pior. Querem que produzam muito sem nem conseguir ter uma cesta básica sufi-ciente para alimentação da família, para uma vida digna.

Por isto fazemos apelo neste momento, a bem da justiça, a bem da igualdade e a bem de um serviço público de boa qualida-de.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Pedro Tonelli, agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede. Apenas lembrava de nossas lutas de outros anos com relação a estes reajustes menti-rosos concedidos aos servidores públicos do Estado do Paraná. Vossa Excelência co-locava bem com relação à importância do ser-viço do trabalhador do nosso Estado. Nós que sabemos que o servidor público é o



sustentáculo da administração estadual.

Vossa Excelência acompanhou conosco ainda quando na bancada do PMDB, fomos admoestados, perseguidos, de forma violenta até, pelo PMDB, porque queríamos o cumprimento da palavra do Governador que concedia 100% e mais 39 e depois vetava os 39%. O discurso de Vossa Excelência lembra o nosso discurso do ano passado, quando já projetávamos a inflação e fazíamos uma colocação do que seria aquele grande engodo, a grande mentira, de zerar a defasagem salarial do ano de 1989.

Por isso quero parabenizá-lo. Sei que Vossa Excelência continuará, no Congresso Nacional, lutando ao lado de outros Deputados Estaduais, eleitos Deputados Federais, pela classe trabalhadora do nosso País, para que possamos corrigir uma série de distorções, de agonias, onde temos hoje aqui funcionários do BADEP, funcionários que inclusive passaram por concurso público e hoje estão numa total insegurança pelo fato do Governo não ter a serenidade e a capacidade de gerir a coisa pública com dedicação e com estabilidade. Vivemos sim um clima de instabilidade.

Vossa Excelência está de parabéns. Votaremos também favorável à emenda do Deputado Rubens Bueno, para que possamos corrigir esta distorção. Se não acabarmos de vez com esta distorção salarial, pelo menos votar para que possamos ter a recuperação salarial de uma só vez, ou seja, a partir de janeiro.

Parabéns a Vossa Excelência pelo trabalho que desempenhou, principalmente lutando ao nosso lado pelo servidor público do Estado do Paraná.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o aparte de

Vossa Excelência Deputado Lindolfo Júnior. Quanto à sua menção, certamente a minha nova tarefa no Congresso Nacional será difícil, o enfrentamento com este Governo, o Poder Executivo Federal, que traiu mais uma vez os descamisados, os pés descalços e que não é diferente do Governo Álvaro Dias, oferecendo 3% de abono salarial para premiar a negociação que houve entre patrões e empregados durante mais de dois meses; ele acabou com a brincadeira simplesmente oferecendo 3%, uma esmola para os trabalhadores do Brasil.

Então lá, sim, no âmbito federal, onde se estabelecem as diretrizes, onde se estabelecem a política salarial para todo o País, estaremos junto com mais 35 Parlamentares da Bancada Petista e certamente aliados a muitas outras Bancadas progressistas, dentro do Congresso Nacional, nós lá estaremos a partir de 1º de fevereiro enfrentando, com a mesma garra e muito mais fortalecidos, ainda porque as urnas nos conferiram este poder, nos deram este

respaldo, lá estaremos para ver se mudamos de rumo e começamos a olhar para os trabalhadores como fonte principal do desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social do País. Porque a maioria dos capitalistas deste País ainda não entendeu que se não tiver dinheiro no bolso do assalariado, não tiver dinheiro no bolso do trabalhador da terra, a economia para - e é o que estamos vendo hoje. Até os capitalistas já estão reclamando. Os capitalistas do Brasil não entenderam ainda que precisam evoluir, que precisam chegar à Revolução Francesa. Distribuir um pouco de riqueza é bom para a sobrevivência deles, pois sem riqueza será o fim deles mesmos, porque eles estão se autodestruindo.

Por isso, Deputado Lindolfo Júnior, pode contar com nossa presença aguerrida no Congresso Nacional. Lá estaremos representando, com muita honra, os trabalhadores e trabalhadoras de todo o País.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Tonelli, apenas para complementar.

Além da emenda do Deputado Rubens Bueno temos uma outra de suma importância, a do Deputado Nereu Massignan que não deixa de forma alguma que o próximo Governador eleito faça o aumento dos servidores públicos a seu bel-prazer. Deve passar pela Assembléia Legislativa.

Por isso queremos também hipotecar o nosso apoio à emenda do Deputado Nereu Massignan que proíbe o aumento por decreto.

O SR. PEDRO TONELLI - Sem dúvida, Deputado Lindolfo Júnior.

Nós também estamos irmanados nesta luta porque nós já tivemos uma experiência no passado onde passamos cheque em branco - eu não, mas este Parlamento, passou cheque em branco ao Poder Executivo...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu não Deputado! Nós não!

O SR. PEDRO TONELLI - ... e depois tivemos um custo alto. Então, esperamos que este pedido de autorização que Sua Excelência o Governador está propondo, onde ele, por Decreto, possa proceder aos reajustes salariais de 1991, seja excluído dessa Mensagem Governamental, porque essa é uma medida espúria, inconstitucional e que não tem mais sustentação política nos dias de hoje.

Era isto, Sr. Presidente.

Era isto, Srs. Deputados.

E apelamos para que a consciência dos nossos Parlamentares paranaenses faça justiça e represente a aspiração desta grande parte de servidores públicos que estão ansiosos e esperando que nós representemos

a sua vontade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda do Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: No último dia 20 de dezembro apresentamos a esta Casa uma emenda substitutiva ao Projeto de Lei número 633/90, que nada mais é do que tentar antecipar a proposta do Governo em que tenta, ao recuperar a defasagem salarial de seus servidores para um pagamento único, no mês de janeiro.

Para isso, Sr. Presidente, nós queremos fazer um encaminhamento de justificativa nessa emenda que apresentamos.

Os servidores públicos passam por uma situação de extrema dificuldade:

(Lê): "JUSTIFICATIVA:

Os servidores públicos passam por uma situação de extrema dificuldade, face às suas perdas salariais que neste mês de dezembro atingem a 364,53% conforme demonstra o estudo do Dieese, em anexo. O poder de compra dos salários dos servidores foi corroído em mais de 68% atingindo neste mês de dezembro somente a 21,53% em relação ao seu valor de janeiro/90. Portanto, infligir aos servidores um parcelamento é sucatear e desmontar os serviços públicos, com nefasta repercussão na qualidade dos serviços prestados. O Estado tem perdido muitos profissionais para a iniciativa privada face aos baixos salários.

Além disso, a emenda ora apresentada não quita as perdas salariais dos servidores. Entretanto, é uma proposta que atende aos interesses de ambas as partes, eis que, o Estado também tem suas dificuldades momentâneas de "caixa" face ao processo recessivo implantado pelo Plano Collor. É bom destacar que o Executivo já enviou e continua enviando mensagem de lei criando carreiras especiais (advogados defensores públicos, etc.) bem assim, propondo aumentos diferenciados a algumas categorias (policiais militares em relação aos policiais civis) além, é claro, de anunciar na imprensa que o Estado do Paraná apresentará superávit financeiro. Tudo isso demonstra a viabilidade financeira da proposta.

Quanto aos aspectos jurídicos é bom frisar que a proposta contida nesta emenda não aumenta nem cria despesas. Tal assertiva decorre de que a proposta do Executivo fixa o mesmo índice, ou seja 185,22%. Ora, se o orçamento estadual é anual, a antecipação de despesas em quatro meses do mesmo ano de 1991 não tem o condão de aumentar ou criar despesas. Portanto, neste aspecto também é totalmente cabível a

aprovação desta emenda.

Por último é bom destacar que o Governo do Estado afronta dispositivos constitucionais quando fixa reposição somente para os servidores do Executivo. Ora o artigo 33, § 1º, inciso VI, preceitua que:

"Art. - ...

§ 1º - ...

Inc. VI - tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajustes ou outro tratamento remuneratório ou desenvolvimento de carreiras".

É a própria Constituição Estadual que fixa a relação de valor entre os poderes, isto é facilmente verificável no art. 27, incisos XI e XII.

A argumentação exposta é no sentido de alertar esta Casa de Leis para o cumprimento dos preceitos legais, bem assim, para fixação de isonomia entre os servidores independente dos Poderes constituídos do Estado. É claro que esta realidade nos coloca a importância da implantação do Regime Jurídico Unificado de Trabalho e Carreira aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, aliás, com prazo exaurido, na forma contida no art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Face ao exposto, entendendo que a emenda é uma tentativa de conciliar os interesses dos servidores e do Poder Executivo, bem assim, tendo em vista que não apresenta qualquer ilegalidade, submetemos aos nobres Deputados visando a sua discussão e aprovação.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Ilustre Deputado Rubens Bueno.

Vossa Excelência como integrante da Bancada do PSDB, expressa a vontade do partido no seu programa que, numa frase lapidar do programa do Partido diz que: "Na luta entre o Capital e o Trabalho o PSDB fica sempre com o trabalho".

E estamos discutindo aqui o trabalho do servidor público.

A sua emenda corrige uma injustiça e dá oportunidade ao Governador Álvaro Dias, de transformar o seu discurso de que o Paraná, no seu Governo, estará com superávit financeiro.

Ora, se o Paraná é o milagre que todos nós assistimos na televisão, através das propagandas institucionais, não há porque fazer um escalonamento salarial ao servidor público, que esperou e aguardou 12 meses, para a sua data-base de janeiro, discutir o reajuste salarial que vem em parcelas.

A parcela de janeiro corresponde à in-

flação de dezembro, 18%. Eu não sei em janeiro quanto será a inflação, certamente nesses níveis, pouco mais pouco menos, acompanhando a proposta do Governador. Não há porque nós do PSDB, cujo Partido nasceu para ser uma alternativa nova e antecipada do que depois acontecia no Leste Europeu, ficar aqui numa posição de dubiedade, aliás, dubiedade, quando se fala nisso se pensa no PSDB, injustamente, se conseguiu através de um discurso e dos meios de comunicação dizer que o PSDB é o Partido do "depende" como numa tirada irônica do nosso Senador Fernando Hanrique Cardoso; não é o Partido do depende, é um Partido e aqui na Assembléia durante a atuação da Bancada do PSDB sempre tivemos posições claras a respeito das questões que envolvem o ser humano, o cidadão.

O PSDB não veio para fortalecer o governante, representando o Estado forte, onipresente e unilateral, o PSDB surge para uma alternativa de uma concepção nova do Estado, e essa concepção nova de Estado passa pela valorização do funcionário público, como cidadão que se integra numa carreira e que quer chegar ao final da carreira com dignidade, com promoção, com salário, com quadros, com carreira.

E porque que nós pensamos assim? Porque é o Partido o único que corajosamente assume no seu programa e nos seus estatutos a proposta parlamentarista, e o parlamentarismo sem um servidor que confia na máquina estatal, que não sofre os reveses do eventual Primeiro Ministro, ou Primeiro Governante, que eventualmente por confiança do Parlamento governa, esse funcionalismo na medida que ver essa perspectiva de que ele representa a possibilidade da troca imediata de Governo, no sistema Parlamentarista, e que isto não represente eventuais perseguições e eventuais mudanças de comportamento a eles, é ali que o PSDB dá o valor ao funcionário, porque dá o valor a uma nova concepção de Estado; e Vossa Excelência, hoje aqui, com essa proposta de emenda, tem o respaldo da Bancada e faço convocação aos meus companheiros do PSDB, que são onze Deputados, que votem a favor da emenda, a favor da concepção nova do Estado, a favor do Programa do PSDB, a favor do Parlamentarismo, a favor da novidade neste País.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, lembrando que no nosso primeiro mandato convivemos nesta Casa com os servidores do Poder Legislativo, e convivendo com os servidores do Poder Legislativo pudemos também deixar o nosso reconhecimento ao longo daquela legislatura; e nos últimos três anos, como Secretário de Estado, trabalhando aos sábados, domingos, feriados, mesmo em período

do noturno, mesmo sem contar hora extra, nós pudemos ver ali a dedicação, a abnegação do servidor público.

E no momento em que o Paraná saiu na frente, criando o primeiro Conselho Estadual do Trabalhador, criando a primeira Universidade Popular do Trabalho, aberta, democrática, pluralista, cabe a cada um de nós, Parlamentares, de fazer com que o Paraná continue à frente; e essa proposta nossa é exatamente para tentar conciliar os interesses dos servidores públicos e do Poder Executivo, trazendo uma proposta de pagamento da parcela única de aumento de 185.22%.

Era isso Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda do Deputado Rubens Bueno. Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em leve análise percebe-se que foi rejeitada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cabe a Vossa Excelência requerer verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

Nove Senhores Deputados aprovam. Senhores Deputados que a rejeitam queiram levantar-se.

Vinte Senhores Deputados rejeitam a emenda. Rejeitada.

Deputado Nereu Massignã, emenda, fica suprimido o artigo 4º, do Projeto de Lei nº 633/90.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria, porque eu de-tenho uma divergência de interpretação, com o autor da Emenda, Deputado Rubens Bueno.

Se eventualmente nós estivéssemos votando neste Projeto a autorização para o Executivo, aumentar por Decreto os vencimentos, Nereu Massignã os salários dos servidores públicos, com total sinceridade, Deputado, eu votaria pela sua emenda, pela supressão do artigo 4º.

No entanto, eu gostaria que nós analisássemos: Artigo 4º - "Fica também o Poder Executivo autorizado a: por Decreto conceder reajustes a título de antecipação salarial". O que vale dizer: o Governo como não pode prever as questões de caixa, e aqui não vai nenhuma expectativa e nenhuma alusão, por parte deste Parlamentar, de que possa ocorrer ou que vá ocorrer, mas, o Governo está propondo um aumento de

185.22%, aos servidores, dividido em 5 parcelas de: 20 - 20 - 20 - 28 e 28%.

Esse artigo permitiria ao Governador eventualmente, sentindo a possibilidade de caixa no exercício que vem, mês de março, mês de abril, quando começam a melhorar as finanças do Estado, mesmo com a lei aprovada, de cinco parcelas, antecipar uma parcela de aumento, apenas antecipar por Decreto, dar antecipação de reajuste salarial.

O artigo não está falando em dar aumento de salário por Decreto. Está prevenindo conceder reajuste a título de antecipação salarial.

Ora, se a antecipação salarial é uma competência exclusiva do Executivo, de propor ou não, porque ele está dando antecipação além do IPC, ou além do reajuste necessário por lei, é evidente que sendo uma prerrogativa do Executivo em antecipar um salário, nós teremos que dar essa autorização, para que ele possa fazer melhorias ao servidor, no que ele possa sentir condições de caixa.

Eu acredito que suprimir o artigo 4º estará se jogando contra o interesse do próprio servidor.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente.

Não me convenceram os argumentos do nobre Líder do Governo; seria uma defesa do Poder Legislativo. Não há nenhum empecilho, que o Senhor Governador a cada vez que queira proceder a um reajuste salarial, envie Mensagem ao Poder Legislativo. É uma auto defesa do Poder Legislativo. E eu duvido Deputado, em sua consciência, que possa votar contra uma emenda dessa natureza. É votar contra o poder.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - O Deputado Erondy coloca bem a situação.

Apenas para esclarecer a nobre Liderança do PMDB, e aos demais Deputados que o Artigo 53 diz o seguinte:

"Cabe à Assembléia Legislativa com a sanção do Governador do Estado; inciso 8º, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional, e fixação da remuneração.

"A antecipação não deixa de ser uma remuneração. Se persistir o Artigo 4º, a Assembléia Legislativa, no decorrer do ano de 1991, não vai mais apreciar nenhuma questão salarial do funcionalismo público, porque o Governador, por Decreto vai fazer as reposições que bem entender, e apenas na data-base.

Apenas na data-base de julho do ano que vem, é que a Assembléia voltará a se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pedro

Tonelli com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu vou votar com a emenda do Deputado Nereu Massignan, porque ela vem dar cumprimento a nossa Constituição do Estado. Eu quero ler aqui, ao nobre Líder do Governo, o nobre Líder do Governo que foi Relator da nossa Constituição do Estado, ele não sabe ler a Constituição do Estado.

Artigo 72, Senhor Presidente, Senhores Deputados: diz o seguinte: fala das Leis Delegadas. O Governador não está propondo, ele deveria propor uma Lei Delegada.

Nós aprovaríamos uma Lei Delegada. Ele está propondo uma autorização. Autorização nós não podemos, porque nós estamos abrindo um precedente inconstitucional.

Artigo 72, da nossa Constituição: (Lê):

"As leis delegadas serão elaboradas pelo Governador do Estado que deverá solicitar a delegação à Assembléia Legislativa".

Ele não está solicitando delegação. Ele está solicitando autorização.

Parágrafo 2º - (Lê) -

"A Delegação ao Governador do Estado terá forma de resolução da Assembléia Legislativa que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício".

Então, ele deveria pedir delegação e nós faríamos a Resolução e autorizaríamos, e delegaríamos ou não. Diz o Artigo 53. (Lê):

"Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, dispor sobre as matérias de competência do Estado, especificamente".

Aí tem vários incisos. Inciso 8º, Senhor Presidente, Senhores Deputados (Lê):

Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e a fixação de sua remuneração".

O Sr. Caíto Quintana - Fixação. Não antecipação, Deputado. Antecipação é prerrogativa de dar ou não dar, do Executivo. Não existe obrigação legal na lei trabalhista de dar antecipação salarial.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas, isto é prerrogativa nossa, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No encaminhamento de votação, não é permitido aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu chamo a atenção mais uma vez, nós não podemos autorizar.

O que nós poderíamos é delegar na forma da Constituição, mas o Governador nem está solicitando desta forma. Ele está descumprindo a Constituição. Ele está querendo é cheque em branco para legislar o ano que vem e nós não podemos fazer isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda. Aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Tudo bem, Senhor Presidente, eu não vou pedir verificação porque está devidamente que nós perdemos.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 553/90. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Contra o Projeto ou contra o Requerimento?

O SR. PEDRO TONELLI - Contra o Projeto e contra o Requerimento também.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, o requerimento é Preferência?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É. Está aprovado o requerimento. Item 12, folhas 12, Projeto n° 61.

Sobre o Projeto há emenda.

Deputado Algaci Túlio. A Emenda será lida pelo Senhor 1° Secretário.

O SR. 1° SECRETÁRIO -(Luciano Pizzatto)- (Lê Emenda que está anexa ao Projeto):

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Projeto de Lei nós votamos em 1ª Discussão pela sua legalidade. Agora em 2ª Discussão nós esperávamos que a Casa, que a Mesa ouvisse ou pelo menos informasse de assuntos importantes que estão à Mesa, pendentes, como a questão da formação de uma Comissão Especial, interpartidária, que até este momento não vimos formada.

O requerimento do Deputado Rubens Bueno, um outro documento importante, um outro requerimento à Mesa, convocando o Conselho Diretor do BRDE pelos Deputados Pedro Tonelli, João Arruda, Eduardo Baggio, Algaci Túlio, Lindolfo Júnior, requerimento esse que até o momento não temos conhecimento da convocação do Conselho Diretor do BRDE.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores

Deputados, nós não poderíamos votar uma matéria de tal importância para o Paraná, sem que possamos ouvir os setores atingidos por essa medida que autoriza o Estado do Paraná a se retirar do BRDE na Região Sul, de forma que nós precisamos, com urgência, antes de votar essa matéria, de nos precipitarmos e tomarmos uma decisão tão importante, ouvir todos os setores, principalmente as informações do Banco Central, a Comissão Interpartidária formada, ouvir o Conselho Diretor.

Nós seremos responsáveis, seremos amanhã culpados pela extinção, pelo fechamento da porta de fomento para o setor produtivo deste Estado.

Não me convence a Mensagem do Executivo quanto a pura e simples autorização para se retirar do conjunto BRDE dos três Estados.

Creio que deveremos refletir com mais frieza, analisar com mais cuidado a questão do fechamento de um Banco deste Estado.

Pense em fechar o BADEP, pense em fechar o BRDE e criar uma carteira de fomento no Banestado.

Não é por aí que se faz o desenvolvimento do Estado. Se nós analisarmos o passado desse Banco, nos 29 anos, os milhares de empregos gerados, as centenas de empresas constituídas por esse instrumento BRDE, que muito fez ao Estado do Paraná e de uma hora para outra, nós extinguir esse Banco. Não, não é esse o caminho. Nós devemos deixar um Banco de fomento neste Estado, apesar da crise, das dificuldades, mas nós acreditamos no processo, na experiência, no corpo técnico desse Banco de Fomento que deverá prosseguir para num momento de crise sim, nós colocarmos este Paraná gerando milhares e milhares de empregos; técnicos especializados com gabarito, com experiência, não podemos jogar esse acervo fora, não podemos jogar lixo no Paraná. Vamos pensar como empresários, vamos pensar como pequenos empresários, como cidadãos paranaenses. A responsabilidade é muito grande e então eu peço e conclamo à Mesa para que retire esse Projeto da Ordem do Dia, para que possamos ouvir o Conselho Diretor do BRDE e a Comissão formada, requerida a esta Mesa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, o processo de votação é conhecido de todos nós Parlamentares desta Casa e possivelmente os interessados na questão do BRDE, conhecem o processo e aqueles que não conhecem nós queremos tranquilizar. Nós também queremos discutir o BRDE, nós não podemos continuar levando no entanto, através da fuga, da retirada da Ordem do Dia, ou do esvaziamento de plenário, uma questão de profundo interes-

se para o Paraná.

O que nós estamos propondo numa vez mais, tomando uma atitude de risco para quem tem o compromisso de discutir com a nossa própria bancada, de não votarmos em segunda discussão. Como a Assembléia vai realizar uma terceira e última discussão nesta tarde para encerramento de matéria, retirar a mesma em terceira discussão e o reincluir no período extraordinário. Teria o tempo do dia 07 a 15 de janeiro para conseguir continuar as conversações e discutir ou não o interesse do Paraná na questão do BRDE.

Portanto, faria um apelo aos nobres Parlamentares que votássemos nesta sessão, retirámos na próxima sessão e vamos incluir no período extraordinário a votação de terceira discussão e redação final.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, fiz um requerimento no último dia 26 de novembro em que requeiro a formação de uma comissão especial interpartidária para discutir, estudar, o sistema financeiro estadual. Veja Vossa Excelência que exatamente indo de encontro às palavras do Líder do Governo, pretendemos discutir com profundidade este assunto, não só do BRDE, mas do BADEP, do BANESTADO, do sistema financeiro estadual, ou até da necessidade de mais ou menos instituição financeira estadual.

Gostaria só de solicitar a Vossa Excelência se a Mesa tomou alguma providência com relação a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não tem lembrança, vai consultar os anais da Casa a respeito do requerimento de Vossa Excelência. Não tenho lembrança, a assessoria também não tem.

O SR. RUBENS BUENO - Foi no dia 26 de novembro e foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O BADEP nós temos lembrança, foi aprovado o requerimento, mas vamos verificar e, se for o caso, sem prejuízo da votação de hoje, se for aprovado vamos convocar para o início do período extraordinário a reivindicação que Vossa Excelência fez.

O SR. RUBENS BUENO - Em virtude disto, Sr. Presidente, como a nossa proposta está desde novembro nesta Casa, vamos aguardar, e eu me permito retirar de plenário, a convocação desta reunião para discutir sistema financeiro estadual para votar a matéria, para que eu convença ou não da necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou suspender a sessão por cinco minutos

para que os Srs. Deputados se reúnam e manifestem a sua opinião a respeito desta matéria.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço e aplaudo a decisão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes, porém, a Mesa vai anunciar duas comunicações.

Primeira: Edital de Convocação.

(Lê o referido edital)

A outra comunicação:

"Sr. Deputado Orlando Pessuti, através desta dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que a fim de tratar de interesses particulares, na ausência do Excelentíssimo Sr. Deputado José Afonso Júnior, Primeiro Vice-Presidente, licencio-me da Presidência deste Poder a partir desta data até o dia 10 de janeiro de 1991.

Solicito, outrossim, que Vossa Excelência assuma a direção dos destinos e atribuições deste Poder, conforme dispõe o Regimento Interno.

Deputado Anibal Khury."

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Fiz um apelo a Vossa Excelência, pessoal, para que concluísse antes do término deste período legislativo projeto de resolução de nossa autoria que regulamenta, definitivamente, o uso de carros oficiais por parte dos Srs. Deputados. Como não houve tempo para colocação na Ordem do Dia, apelo a Vossa Excelência para que inclua o nosso projeto de resolução no período extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será incluído.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão suspensa por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, apenas como informação:

A convocação extraordinária é de que dia a que dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 7 de janeiro a 22 do mesmo mês.

O SR. RUBENS BUENO - Então, quero só preparar o requerimento de encaminhamento



desta votação com as lideranças e já estaremos chegando ao resultado final.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão suspensa novamente.  
(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

A Mesa aguarda a decisão das Lideranças.

Comunicação das lideranças: Requerimento, requer a formação de Comissão especial interpartidária para estudar o sistema financeiro estadual, com prazo para apresentar as suas conclusões a 15 de janeiro

Requerimento em votação. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas uma informação: esta Comissão será constituída por indicação das Lideranças?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pretende que esta Comissão seja representada na conformidade do que foi decidido pelas lideranças, pelos partidos políticos.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente, a Bancada do PSDB indica o Senhor Deputado José Rogério Carvalho, como integrante desta Comissão para estudar o sistema financeiro estadual, BRDE/BADEP.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa encarece a necessidade da indicação para que esta Comissão possa...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito de Vossa Excelência que nós deixemos a indicação das Comissões para o final das votações e digo o porquê enquanto isso a sua assessoria de Mesa poderia analisar quantos integrantes da Comissão e a composição por Bancada de integrantes da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu acho, se me é permitido, eu sugiro que todas as Lideranças participem, inclusive as que não estão previstas no Regimento Interno para que seja mais ampla a discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu queria indicar, se for no mês de janeiro, queria indicar o Deputado Pedro Tonelli, se for no mês de fevereiro aí vamos aguardar o futuro Líder da Bancada do PT, aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esse se for de Vossa Excelência é em janeiro,

então nós vamos contar com a presença de Vossa Excelência na referida Comissão.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, somente para concluir objetivamente esta questão.

Eu acho que indicado um membro de cada Partido, por ser interpartidária, e aqui está o interesse do Paraná e não programático, ideológico, nós gostaríamos de também na falta de algum representante, que Vossa Excelência designasse para que a Comissão começasse trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa aguarda o final dessa sessão e aí em princípio ficam designados os Líderes, agora, os líderes podem delegar a outro Deputado.

Há emenda do Deputado Algaci Túlio.

Em votação o Projeto ressaltada a emenda.

Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu voto contra, registro o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

Em votação a emenda que será lida pelo Senhor 1º Secretário. Já leu.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu tive oportunidade de discutir com as lideranças partidárias e até com integrantes do BRDE.

Senhor Presidente, até talvez a Mesa pudesse dispensar a votação da emenda, porque a emenda tem como objetivo básico, através de uma Lei ordinária, dizer que no caso de extinção do BRDE; os funcionários lotados no Paraná passem a fazer parte do sistema financeiro estadual.

No entanto, Senhor Presidente, e está na nossa memória ainda, que a Constituição do Estado do Paraná, nas disposições transitórias, ela determina que os funcionários do BRDE em caso de extinção passem a fazer parte do sistema estadual. Ora! Poderia haver alegação: "Não, mas está sub judice". Evidentemente que se tiver sob judice, se for declarado inconstitucional o artigo da Constituição, com maior razão uma Lei Ordinária também seria inconstitucional, não seria aplicável, razão pela qual eu entendo que essa emenda é uma redundância, visto que a própria Constituição do Estado já garante aquilo que uma Lei ordinária pretende garantir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobrestada a votação de emenda até que as Lideranças já compostas se reúnam e deci-



dam sobre a matéria em votação.

Aprovado o Projeto em 2ª Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 566/90. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Qual é o item, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Pela Ordem) Folhas quatro, item 18.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 628 e 610/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 573/90. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 168/90, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado. Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 185/90, Veto Parcial ao Projeto de Lei n° 576/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 203/90), que reestima a receita de recolhimento centralizado e autoriza a abertura de créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais. Aprovada.

Curitiba, 21 de dezembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento ao Ofício n° 376/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 576/90, em razão dos motivos expostos.

Dispõe o autógrafo que a Receita de Recolhimento Centralizado fica reestimada para Cr\$ 143.666.179.450,00 (cento e quarenta e três bilhões, seiscentos e sessenta e seis milhões, cento e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros), e adota outras providências.

O veto parcial apostado incidirá sobre os parágrafos 2° e 3° do art. 2° e sobre o de-

pendente Anexo II.

O não acolhimento aos dispositivos acima mencionados decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o qual esclarece que os recursos para cobertura do pretendido crédito suplementar (excesso de arrecadação) já estão comprometidos para abertura do crédito de que trata o art. 1°.

Esses os motivos que me levaram a votar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 633/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 229/90), que reajusta em 185,22% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, na forma que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, emendas em n° de 02, de autoria dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan e Rubens Bueno, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N° 633/90

Fica suprimido o artigo 4° do Projeto de Lei n° 633/90.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, José Rogério Carvalho, Haroldo Rodrigues Ferreira, Acir Mezzadri.

#### COMISSÃO GERAL PROJETO DE LEI N° 633/90

PARECER:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem n° 229/90, visa reajustar em 185,22% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, na forma que especifica.

A proposta de reajuste, ora encaminhada a esta Casa de Leis, atendendo a data-base, visa recompor os salários do funcionalismo com base na defasagem salarial existente, tendo em vista os índices inflacionários ocorridos no período de ja-

neiro a dezembro deste ano.

Os índices de inflação até o mês de fevereiro do corrente ano foram zerados conforme orientação do Governo Federal, por ocasião do "Plano Brasil Novo".

Assim sendo, o índice proposto para correção da data-base considera as inflações ocorridas de maio a dezembro de 1990.

Com a atual crise econômica que passa o nosso país, conjuntamente com a grave recessão, e tendo em vista a obrigação do Estado em manter seus compromissos em dia, há necessidade de que o percentual de 185,22% seja concedido e efetivamente pago de acordo com as possibilidades de desembolso do Tesouro Geral do Estado.

Analisado o projeto de lei, entendemos que o mesmo obedece os preceitos constitucionais e legais vigentes e se encontra bem justificado em seu aspecto meritório.

Nestas condições, é o nosso Parecer, Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

NILTON BARBOSA

Relator.

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 633/90

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração e das Autarquias do Poder Executivo, ficam reajustados em 185,22% (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento), cuja implantação dar-se-á em uma única parcela, no mês de janeiro de 1991, data-base dos servidores.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: Nereu Carlos Massignan, Raul Lopes, Hermas Brandão, Luciano Pizzatto.

#### JUSTIFICATIVA:

Os servidores públicos passam por uma situação de extrema dificuldade, face as suas perdas salariais que neste mês de dezembro atingem a 364,53%, conforme demonstra o estudo do Dieese, em anexo.

O poder de compra dos salários dos servidores foi corroído em mais de 68%, atingindo neste mês de dezembro somente a 21,53% em relação ao seu valor de janeiro/90. Portanto, infligir aos servidores um parcelamento é sucatear e desmontar os serviços públicos, com nefasta repercussão na qualidade dos serviços prestados.

O Estado tem perdido muitos profissionais para a iniciativa privada face aos baixos salários.

Além disso, a emenda ora apresentada não quita as perdas salariais dos servido-

res. Entretanto, é uma proposta que atende aos interesses de ambas as partes, eis que, o Estado também tem suas dificuldades momentâneas de "caixa" face ao processo recessivo implantado pelo Plano Collor. É bom destacar que o Executivo já enviou e continua enviando mensagem de lei criando carreiras especiais (advogados defensores públicos etc), bem assim, propondo aumentos diferenciados a algumas categorias (policiais militares em relação aos Policiais Civis), além, é claro, de anunciar na imprensa que o Estado do Paraná, apresentará superavit financeiro.

Tudo isso demonstra a viabilidade financeira da proposta.

Quanto aos aspectos jurídicos é bom frisar que a proposta contida nesta emenda, não aumenta nem cria despesas.

Tal assertiva decorre de que a proposta do Executivo fixa o mesmo índice, ou seja, 185,22%. Ora, se o orçamento estadual é anual, a antecipação de despesas em quatro meses do mesmo ano de 1991 não tem o condão de aumentar ou criar despesas. Portanto, neste aspecto também é totalmente cabível a aprovação desta emenda.

Por último é bom destacar que o Governo do Estado afronta dispositivos constitucionais quando fixa reposição somente para os servidores do Executivo.

Ora, o artigo 33, § 1º, inciso VI, preceitua que:

"Art.....-

§ 1º - .....

Inciso VI - tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajustes ou outro tratamento remuneratório ou desenvolvimento de carreiras".

É a própria Constituição Estadual que fixa a relação de valor entre os poderes, isto é facilmente verificável no Art. 27, incisos XI e XII.

A argumentação exposta é no sentido de alertar esta Casa de Leis para o cumprimento dos preceitos legais, bem assim, para fixação de isonomia entre os servidores independente dos Poderes constituídos do Estado.

É claro que esta realidade nos coloca a importância da implantação do Regime Jurídico Unificado de Carreira aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, aliás com prazo exaurido na forma contida no Art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Face ao exposto, entendendo que a emenda é uma tentativa de conciliar os interesses dos servidores e do Poder Executivo, bem assim, tendo em vista que não apresenta qualquer ilegalidade, submetemos aos nobres Deputados visando a sua discussão e aprovação. Aprovado o Projeto, arti-

go, por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 218/90, de autoria da Comissão Executiva, que altera o artigo 1° da Resolução n° 161/85, de 17 de dezembro de 1985. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 642/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 231/90), que altera a tabela de Escalonamento vertical que trata o Artigo 107, da Lei n° 6417, de 03 de julho de 1973, (Polícia Militar do Estado). COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 642/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 231/90, tem por finalidade equiparar a remuneração do Soldado de 1.<sup>a</sup> Classe ao Agente de Segurança de 4.<sup>a</sup> Classe com repercussão para as demais graduações e para os oficiais subalternos e intermediários, a fim de se evitar que o soldado ganhe mais do que o cabo, este mais do que o 3° Sargento, e assim sucessivamente.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que ôbste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes, desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY  
Presidente  
NILTON BARBOSA  
Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 623/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 227/90), que objetiva alterar as tabelas de taxas referidas no artigo 25, da Lei n° 7811/83, e no artigo 1° da Lei n° 8067/84, que versam sobre as taxas do DETRAN. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo. COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 623/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 227/90, objetiva alterar as tabelas de taxas referidas no artigo 25, da Lei n° 7.811/83, e no artigo 1°, da Lei n° 8.067/84, que versam sobre as taxas do DETRAN.

Procedida à análise legal, constitu-

cional e regimental da proposta em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em exame.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY  
Presidente  
NELSON VASCONCELLOS  
Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 553/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 189/90), que autoriza aquele poder a proceder à retirada do Estado do Paraná como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- BRDE, ou a pleitear a liquidação ordinária do referido Banco, no caso de acordo entre os demais participantes. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva, de autoria dos Senhores Deputados José Rogério Carvalho, Nereu Carlos Massignan, Algaci Túlio e Hermas Brandão, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI N° 553/90

Que autoriza o Poder Executivo, retirar-se do Convênio- CODESUL- BRDE.

"f - Os servidores estáveis do BRDE lotados na agência de Curitiba, assim entendidos aqueles abrangidos pelo art. 41 e artigo 19 das disposições transitórias, ambos da Constituição Federal, passarão a partir da publicação desta Lei, a ser regidos pelo Estatuto dos funcionários Cíveis do Estado do Paraná, na forma do Art. 233, da Constituição Estadual, sem prejuízo de quaisquer de seus direitos, e serão lotados nos órgãos estaduais conforme a profissão ou formação individual.

Enquanto não for efetivada a lotação, os servidores referidos neste artigo ficarão à disposição da Secretaria da Administração, que providenciará as lotações adequadamente.

Sala das Sessões, em 12/90.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
NEREU CARLOS MASSIGNAN  
ALGACI TÚLIO  
HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei, supra referido, ao tratar da retirada do Paraná do Convênio CODESUL-BRDE nada dispôs acerca dos servidores do BRDE lotados na agência de Curitiba.

Não será lícito, nem moral nem ético que ao retirar-se do Convênio CODESUL-BRDE o Estado do Paraná, ficando com a sua cota de bens desta Autarquia, não dê aos servidores do BRDE, uma destinação adequada.

Militam a favor dos servidores do BRDE dispositivos tanto da Constituição Federal como da Constituição Estadual que plenamente lhes garante uma estabilidade, dada a natureza de autarquia desta órgão.

Assim sendo, é ilação lógica e natural que o Estado do Paraná, com a extinção do BRDE em nosso Estado, na observância dos dispositivos constitucionais, deverá acolher os servidores do BRDE lotados na agência de Curitiba, fazendo-lhes inteira justiça.

É de se destacar por oportuno os inestimáveis serviços prestados pelo BRDE ao Estado do Paraná, através destes mesmos servidores, atentando-se para o fato de que, a agência de Curitiba, ao longo de sua existência, operou mais que 20.000 financiamentos aos diversos setores da atividade produtiva em nosso Estado. Foi ainda um dos financiadores da Cidade Industrial de Curitiba, cujas empresas lá instaladas tanto rendem ao Estado do Paraná em termos de arrecadação tributária.

Assim exposto, o Estado do Paraná fará inteira justiça aos servidores do BRDE, lotados na agência de Curitiba, acolhendo-os em seu quadro de servidores, não devendo ser olvidado ainda os fundamentos jurídicos que geram ao Estado do Paraná, a obrigatoriedade de receber em seu quadro estatutário os servidores do BRDE da agência de Curitiba, a seguir demonstrado.

## I - AS ORIGENS E NATUREZA JURÍDICA DO BRDE

O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL- BRDE, é criação de um Convênio celebrado entre os Governos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através do qual foi criado o CODESUL- Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, e do qual é o BRDE o instrumento de ação.

O Convênio em referência foi aprovado pelas Assembléias Legislativas de três Estados, no Rio Grande do Sul pelo Decreto Legislativo n° 1.528, de 21.08.61 publicado no Diário Oficial de 25.08.61, em Santa Catarina, pela Lei n° 744, de 17.08.61, publicada no Diário Oficial de 21.08.61 e no Paraná, pela Resolução n° 7/61, de 18.08.61, publicada no Diário Oficial de 19.08.61.

Posteriormente, o primitivo Convênio firmado pelos três Governadores do Sul, em data de 13.07.66, foi inteiramente corroborado pelo Convênio de re-Ratificação de Ato de Igual Natureza, também celebrado pelos três Governadores dos Estados do

Sul, e cancelado pelos respectivos legislativos, no Rio Grande do Sul, pelos Decretos Legislativos n°s 2.503, de 03.01.67, e 2.926, de 23.09.71, publicados respectivamente no Diário Oficial de 16.01.67, e 27.10.71, em Santa Catarina pela Lei n° 1.049, de 23.09.66 e pelo Decreto Legislativo n° 65, de 22.09.71, publicados respectivamente no Diário Oficial em 07.10.66 e 04.10.71, e no Paraná pelas Resoluções n°s 4/66, de 31.10.66 e 8/71, de 11.11.71, publicadas respectivamente no Diário Oficial em 03.11.66 e 30.11.71.

A autorização para o funcionamento do BRDE, veio através do Decreto Federal n° 51.617, de 05.12.62, ao tempo em que era Presidente da República, o Senhor João Goulart com a seguinte redação:

"Art. 1° - É autorizado a funcionar o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- BRDE, como autarquia interestadual de natureza econômica, com sede em Porto Alegre, e agências em Curitiba e Florianópolis.

Os Atos Constitutivos do BRDE, emergentes no noticiado Convênio de re-Ratificação, dispõem sobre a natureza e atuação do BRDE da seguinte forma:

Art. 12 - É mantido como autarquia interestadual o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. BRDE.

Art. 13 - O banco terá autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, sede e foro na cidade de Porto Alegre e Agências nas capitais dos três Estados, podendo manter outras dependências em qualquer outra parte da Região.

Parágrafo Único - Como serviço público interestadual, gozará de todas as vantagens e regalias respectivas, inclusive quanto a impostos, taxas, juros moratórios, impenhorabilidade de bens, afora outras prerrogativas que por lei, lhe forem conferidas. As disposições dos Atos Constitutivos, bem como o Decreto Federal n° 51.617/62, que autorizou a funcionar, ambos já transcritos, demonstram e comprovam o perfeito enquadramento do BRDE, no conceito de Autarquia, previsto no Decreto Lei n° 200, de 25.02.67, que estabelece:

Art. 5° - Para os fins desta lei, considera-se:

I - AUTARQUIA: O serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas de administração pública, que queiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

A finalidade precípua do BRDE sempre foi promover o desenvolvimento econômico e social homogêneo e integrado da região sul, sem finalidade lucrativa. Como típico

agente do Poder Público, proporcionou durante décadas, financiamentos aos diversos setores da atividade produtiva, aumentando a oferta e nível de emprego, modernização e ampliação empresarial nos Estados.

As finalidades do BRDE, bem como suas atividades o qualificam legitimamente como a "longa manus" do Estado, na consecução de suas finalidades essenciais na promoção do desenvolvimento e bem estar comum.

E desta forma, por sua natureza jurídica e por suas finalidades, não resta a menor dúvida de que é o BRDE legitimamente uma AUTARQUIA, tal como a lei a define.

#### O BRDE VISTO PELO

##### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

O Tribunal de Justiça do Paraná, bem como o Tribunal de Alçada, em diversos julgamentos em que foi parte o BRDE, não deixaram de reconhecer a qualidade de autarquia deste órgão, com todas as regalias e privilégios inerentes à essa condição.

Primeiramente os referidos julgados foram levados a efeito pelas Câmaras Cíveis e posteriormente, o Plenário do Tribunal de Justiça reconheceu a condição de Autarquia do BRDE, tendo voto contrário isolado do Des. Adolpho Pereira, ilustre criminalista.

Exemplificativamente, veja-se os seguintes julgados:

1) Da 2.<sup>a</sup> Câmara Cível do Tribunal de Justiça, no Agravo de Instrumento n° 155/87 de Castro, sendo Relator o Des. Negi Calixto.

"O B.R.D.E. - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul é autarquia interestadual de natureza econômica, assim definido pelo diploma legal que o instituiu, conseqüentemente, gozam os seus créditos dos mesmos privilégios concedidos à Fazenda Pública, sejam de natureza tributária ou não, prevalecendo sobre crédito hipotecário, ainda que instituído por cédula rural."

2) Da 3.<sup>a</sup> Câmara Cível do Tribunal de Justiça, sendo Relator o Des. Renato Pedroso, no agravo de Instrumento n° 08/86:

"EXECUÇÃO FISCAL - AUTARQUIA INTERESTADUAL DE NATUREZA ECONÔMICA - FALÊNCIA DA DEVEDORA - FORÇA ATRATIVA DO JUÍZO FALENCIAL - INOCORRÊNCIA:

Em sendo o agravante uma autarquia interestadual de natureza econômica, a execução de seus créditos não está sujeita a "vis atrativa" do Juízo Universal da falência (artigo 5° combinado com o artigo 29 da Lei n° 6.830, de 22 de setembro de 1980). Recurso provido".

3) Novamente julgado da 3.<sup>a</sup> Câmara Cível do Tribunal de Justiça, sendo Relator o Des. Luiz Perrotti, no Agravo de Instrumento n° 391/89 de Curitiba:

"Reconhecido o Banco Regional de De-

envolvimento do Extremo Sul - BRDE, como uma autarquia interestadual, seus créditos são equiparados aos fiscais e na forma do art. 223 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, causas em que for parte, devem ser distribuídos a uma das varas da Fazenda Pública."

4) Da 4.<sup>a</sup> Câmara Cível do Tribunal de Justiça, no julgamento do Agravo de Instrumento n° 54/86, sendo Relator o Des. Marino Braga:

"Exceção de Incompetência.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma autarquia definida por lei. E como tal, para a execução de seus créditos, é imune à universalidade do Juízo da falência. Exceção de incompetência rejeitada. Agravo de instrumento improvido".

5) Do Tribunal de Alçada, no julgamento da Apelação Cível n° 275/76, sendo Relator o Juiz Plínio Cachuba:

"Apelação Cível. Execução forçada referente a título extrajudicial. O apelado é uma autarquia interestadual e, nessa qualidade, os seus créditos equiparam-se aos fiscais, de acordo com a legislação vigente, caracteriza-se a posição do apelado como serviço público, detentor, portanto de todas as vantagens e regalias atribuídas à Fazenda Pública; compete, destarte, ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado julgar o recurso interposto, de acordo com o vigente Código de Organização e Divisão Judiciárias. Recurso não conhecido e envio dos autos ao colendo Tribunal competente".

6) Por fim, na Dúvida de Competência n° 7/89 de Curitiba, o Plenário do Tribunal de Justiça já decidiu, sendo Relator o Des. Jorge Andriguetto:

"O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma autarquia interestadual de natureza econômica, nos termos do Decreto n° 51.617/62. Todos os seus créditos são créditos da Fazenda Pública, ajuizados perante as varas da Fazenda Pública, pertencendo a competência recursal às Câmaras do Tribunal de Justiça. Dúvida procedente. Competência do colegiado suscitado".

Participaram do julgamento os seguintes desembargadores: Ronald Accioly, Renato Pedroso, Nunes do Nascimento, Lemos Filho, Lima Lopes, Lenz César, Mattos Guedes, Negi Calixto, Freitas Oliveira, Sidney Zappa, José Meger, Oto Sponholz, Silva Wolff, Luiz Perrotti, Osiris Fontoura, Wilson Reback, Cordeiro Machado, Troiano Netto, Carlos Raitani e Ivan Righi. Votou vencido o Des. Adolpho Pereira.

Assim exposto, pela legislação apontada e pelos julgados transcritos, com o integral abono do judiciário paranaense, é fora de qualquer dúvida que legitimamente

é o BRDE uma autarquia.

A Procuradoria Geral do Estado, no Parecer n° 329/85 da lavra da procuradora Dra. Suzana de Camargo Gomes devidamente homologado pelo Procurador Geral do Estado Dr. Mauro Sales de Albuquerque Maranhão chegou à seguinte conclusão:

"Diante do exposto, podemos concluir que o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul tem a natureza de autarquia econômica interestadual, vez que as considerações de todos os elementos integrantes da conceituação de ente autárquico encontram-se presentes, e o que é relevante, desenvolve um serviço público no âmbito do incentivo e fomento às empresas, de maneira a permitir um maior desenvolvimento do setor produtivo na região sul."

A Procuradoria Geral da Justiça, no Parecer n° 5.830 na Dúvida de Competência n° 7/89, da lavra do Procurador Geral da Justiça, Dr. Luiz Chemin Guimarães, concluiu ser o BRDE uma autarquia de regime especial.

Por fim, o próprio Estado do Paraná já reconheceu a estabilidade dos serviços autárquicos através da Resolução n° 8.054 de 03.12.90, da Secretaria da Administração, publicada à pág. 5 do Diário Oficial de 04.12.90, cujo art. 1°, ao fazer menção expressa aos servidores das autarquias, não deixa margem a qualquer dúvida quanto ao reconhecimento da estabilidade constitucional dos servidores autárquicos, mesmo aqueles regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho:

## II - OS SERVIDORES DO BRDE EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Sendo o BRDE legitimamente uma autarquia, os seus servidores são estáveis, nos termos do art. 41 e 19 das Disposições Transitórias, ambos da Constituição Federal. O BRDE possui em seu quadro pessoal admitido por concurso público, nos termos ao art. 10 de seu Regulamento de Pessoal, sendo estes a maioria, e pessoal admitido sem concurso em face da necessidade de serviço, com previsão no art. 20 também de seu Regulamento de Pessoal, constituindo estes a minoria de seu quadro.

Relativamente à estabilidade, a Constituição Federal, promulgada às 15:00 horas do dia 05.10.88, em seu artigo 41, assim dispõe:

Art. 41 - São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1° - O servidor público estável só perderá cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2° - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será

ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3° - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Depreende-se facilmente do texto constitucional que os servidores admitidos por concurso público, há dois anos em efetivo exercício, são estáveis. Os servidores do BRDE, admitidos por concurso público, ao tempo da promulgação da Constituição já contavam com muito mais que dois anos de efetivo exercício em seus cargos, haja vista que o último concurso público realizado pela autarquia foi em 1978.

Com relação aos servidores do BRDE não admitidos por concurso público em virtude de necessidade de serviços, são também os que, em 05.10.88 (data da promulgação da Constituição Federal) tinham 5 (cinco) anos de serviços contínuos prestados à autarquia.

É a seguinte a redação do art. 19 das Disposições Transitórias da Constituição Federal:

Art. 19 - Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada do art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

Note-se que o texto constitucional faz menção expressa ao Estado e às autarquias, não deixando margem à dúvida, sobre a estabilidade de que são detentores os servidores das autarquias que, na data da promulgação (05.10.88) da Constituição Federal tinham cinco anos contínuos de serviços prestados ao órgão.

Assim exposto, temos por certo que os servidores do BRDE são estáveis conforme o texto da Constituição Federal, tanto aqueles admitidos por concurso público como aqueles não admitidos por concurso público mas que na data da promulgação da Constituição Federal tinham mais que cinco anos continuados de serviços prestados à esta autarquia.

## A ESTABILIDADE E OS TRIBUNAIS

Os transcritos textos da Constituição Federal de 1988 ao disporem sobre a estabilidade, repetiram em essência as disposições da Constituição Federal de 1967 que também dispõe sobre a matéria.

Após sua promulgação, que deu-se em



24.01.67, vários foram os julgados proferidos pelos Tribunais que dissiparam as dúvidas existentes sobre a estabilidade prevista na Constituição Federal, concluindo pela sua total validade.

Nesse sentido são os seguintes julgados:

**"ESTABILIDADE - GARANTIA ASSEGURADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

Se a Constituição Federal de 1967 não distinguiu, no art. 177, § 2º, entre as várias situações jurídicas dos servidores, exigindo-lhes apenas cinco anos de serviço efetivo, para assegurar-lhes a estabilidade, não é lícito ao intérprete distinguir a excluir os contratados."

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1ª. Trauma, Acórdão unânime de 25.08.70, R.E. 69.814/SP, Relator Ministro Aliomar Baleeiro.

ADCOAS, 1971 verbete 1.324.

**"SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - ESTABILIDADE.**

O direito à estabilidade dos servidores estaduais, com mais de cinco anos de serviço à data da promulgação da Constituição Federal de 1967, fundado no seu artigo 177, § 2º, revela-se irrecusável pela simples comprovação do lapso de tempo acima referido".

Tribunal de Justiça de Minas Gerais - Acórdão Unânime das Câmaras Cíveis Reunidas de 18.03.70, Relator Desembargador Horta Pereira, M.S. 1.639/70.

ADCOAS, 1970, pag. 446.

**"FUNCIONÁRIO PÚBLICO - ESTABILIDADE - DEMISSÃO ILEGAL**

A estabilidade que trata o art. 177 § 2º da Constituição Federal de 1967, beneficiarão somente os servidores sujeitos ao regime estatutário, mas também os empregados regidos pela CLT, sem, entretanto, conferir a estes a condição de funcionários públicos. Se estável o servidor, ilegal a demissão."

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS -

Acórdão unânime da 3ª Turma de 28.06.71 no Mandado de Segurança 66.976-GO. Relator Ministro Henock Reis.

ADCOAS, 1972, verbete 8.677.

**"ESTABILIDADE - SERVIDOR PÚBLICO REGIDO PELA CLT - INQUÉRITO.**

O direito à estabilidade, concedido pelo § 2º do artigo 177, da Constituição Federal de 1967, aos servidores que, à data da promulgação (24.01.67) contassem, pelo menos cinco anos de serviço público, favorece também os empregados públicos que prestavam serviço sob o regime da lei trabalhista. A estabilidade nesse caso, por não alterar o regime do vínculo contratual entre o servidor e a pessoa de direito

público, enquadra-se nas normas de direito trabalhista. Servidor público estável, quando sujeito ao regime da lei trabalhista somente poderá ser dispensado se a falta grave, de que é acusado, for apurada em prévio.

Inquérito judicial. O processo administrativo é legalmente, inoperante para esse fim".

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, acórdão unânime da 2ª Turma de 29.05.69, Relator Juiz Tardieu Pereira.

ADCOAS, 19969, pag. 335.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, já temos decisões de Tribunais acerca da estabilidade nela prevista, sempre no sentido de reconhecer a estabilidade do servidor público, mesmo tendo este sido contratado pelo órgão da administração pública sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, sediado em Curitiba, já decidiu que:

**"SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA - ESTABILIDADE - REINTEGRAÇÃO CONCEDIDA.**

O dispositivo constitucional inserido no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na nova CF/88, visou assegurar tratamento isonômico a todos os servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, quer celetista, quer estatutários, estabelecendo princípio de que todos seriam estáveis após cinco anos ininterruptos de prestação de serviços à UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, contados à época da promulgação da Constituição. Preenchendo a reclamante a condição exigida somente poderia ser demitida mediante prévio processo administrativo, ou sentença judicial transitada em julgado, pelo que procede sua reintegração ao serviço".

TRT - 9ª Região, Acórdão unânime da 2ª Turma no RO 2.835/89 em 19.07.90, Relator Juiz Ernesto Trevisan, Madalena Borges x Município de Jandaia do Sul.

**REINTEGRAÇÃO - ESTABILIDADE - ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS ART. 19.**

Servidor de entidade pública faz jus a reintegração no emprego, quando conta com cinco anos de serviço ininterrupto ao mesmo órgão, ante a estabilidade preconizada no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais de 1988".

TRT - 9ª Região, Acórdão unânime da 1ª Turma, no RO 5.973/89 em 09.10.90, Relator Juiz Tobias de Macedo Filho. Joaquim Rufino Barbosa x Município de Japurá.

As Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, no julgamento de processo envolvendo oficial de justiça contratado sob o regime de CLT, já teve



oportunidade de decidir que:

"Ementa Oficial. Mandado de Segurança. Serventuário da Justiça. Oficial de Justiça. Contratado. Estabilidade. Art. 19 do "Ato das Disposições Constitucionais Transitórias" CF de 1988. Reconhecimento. Beneficia-se da estabilidade excepcional o servidor público, ainda que contratado, regido pela CLT, que conte 5 anos continuados de serviço público à data da promulgação da Constituição da República de 05.10.88. O exercício por 15 anos continuados do cargo de oficial de justiça não tem, propriamente, caráter transitório".

Mandado de Segurança n° 782, julgado em 15.09.89, Relator Des. Atahide Monteiro da Silva.

Revista dos Tribunais, volume 649, pág. 147.

Conclui-se então que não há incompatibilidade alguma entre o instituto jurídico da estabilidade e o regime da CLT, até porque esta a prevê em seu artigo 492. Tal entendimento já é consagrado e tradicional em nossos Tribunais, conforme os julgados transcritos anteriormente em face da Constituição Federal de 1967.

### III - O BRDE E O ESTADO DO PARANÁ - OS SERVIDORES DO BRDE E A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

O Estado do Paraná, como já se frizou anteriormente, é instituidor do BRDE juntamente com os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, existindo uma agência do Banco em cada Estado. Neste quadro, cada governo estadual é o responsável pela agência em seu Estado, financeira e politicamente.

É que se denota pela leitura dos arts. 38, 39 e 40 dos Ato Constitucionais do BRDE:

Art. 38 - Os Estados participantes obrigam-se a contribuir anualmente para BRDE com quantia equivalente a um por cento de sua receita tributária orçada.

Art. 39 - As contribuições a que alude o artigo anterior, serão contabilizadas em conta especial, que as discriminará por Estado, a crédito de cada um.

§ 1° - Os recursos de que trata este artigo serão aplicados exclusivamente nos Estados de origem, de acordo com as normas operacionais do Banco e as prioridades fixadas pelos Estados.

§ 2° - À parcela correspondente a cada Estado, na conta de que trata este artigo, serão adicionados os resultados de sua aplicação.

Art. 40 - As contribuições não provindas dos Estados serão aplicadas igualmente.

§ 1° - Excetuam-se do disposto no artigo os recursos específicos entregues pe-

los Estados ao Banco.

Sendo assim, é evidente que os servidores do BRDE, lotados na agência de Curitiba, estão vinculados e são de inteira responsabilidade do Estado do Paraná.

Diz-se que são vinculados ao Estado do Paraná uma vez que tais servidores foram contratados pela agência de Curitiba do BRDE, prestando serviços a esta e indiretamente ao Estado do Paraná. Com a extinção da agência de Curitiba, com a saída do Estado do Paraná do Convênio, é óbvio que os servidores deverão passar a integrar o quadro de pessoal do Estado do Paraná.

Deve ser realçado ainda que a agência de Curitiba do BRDE sofre constante inspeção por parte do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o que mais demonstra a vinculação da agência de Curitiba ao Estado, o qual exerce controle administrativo, financeiro e político sobre a agência do BRDE em Curitiba.

Há ainda que se argumentar então que sendo o BRDE uma Autarquia, cada agência deste é uma Autarquia vinculada ao Estado de sua situação geográfica.

Por outro lado, a Autarquia é órgão integrante do Estado, posto que criada por ele próprio, exercendo a sua atividade típica. É a lição do ilustre administrativista HELY LOPES MEIRELLES, diferenciando autarquias dos órgãos paraestatais:

"Autarquia é pessoa jurídica de direito público, com função pública própria e típica, outorgada pelo Estado; entidade paraestatal é pessoa jurídica de direito privado, com função pública atípica, delegada pelo Estado. A Autarquia integra o mecanismo estatal; a entidade paraestatal se justapõe ao Estado sem com ele se identificar. Aquela é intra-estatal; este é extra-estatal. A autarquia está no Estado; o ente paraestatal se situa fora do Estado, ao lado do Estado, paralelamente ao Estado, como indica o próprio étimo da palavra paraestatal."

Direito Administrativo Brasileiro, 13.<sup>a</sup> edição, Editora RT, pág. 338.

Viu-se anteriormente pela redação dos arts. 41 e 19 das Disposições Transitórias, ambos da Constituição Federal, que são detentores de estabilidade os servidores públicos, fazendo menção expressa às autarquias no caso do art. 19 das Disposições Transitórias. Sendo o BRDE uma autarquia os seus empregados são servidores públicos estáveis, no conceito que dá à essa categoria de prestadores de serviços à Administração Pública o anteriormente mencionado administrativista HELY LOPES MEIRELLES:

"Como já vimos, os servidores públicos constituem subspécie dos agentes públicos administrativos, categoria que abrange a grande massa de prestadores de serviços à

Administração (Direta e Autárquica) e a ela vinculados por relações profissionais, em razão de investidura em cargos e funções, a título de emprego e com retribuição pecuniária. Os servidores da Administração Direta se subdividem em funcionários públicos, servidores admitidos para serviços temporários, servidores contratados em regime especial e servidores contratados no regime CLT. Os autárquicos podem ser estatutários e contratados no regime CTL."

Direito Administrativo Brasileiro, Editora RT, 13.<sup>a</sup> edição pág. 338.

Chega-se então às seguintes conclusões irrefutáveis:

a) a agência do BRDE em Curitiba é vinculada ao Estado do Paraná o qual a instituiu e sobre a mesma exerce controle de diversos setores;

b) Os servidores do BRDE lotados na agência de Curitiba são estáveis no serviço público do Estado do Paraná.

Com tais conclusões, é forçoso também concluir-se que é o Estado do Paraná obrigado a transferir os servidores do BRDE ao seu quadro estatutário, em face do imperativo do art. 233 da Constituição Estadual, cuja redação é a seguinte:

Art. 233 - Os servidores públicos civis estáveis, da administração direta, autárquica e das fundações públicas estaduais, serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, a partir da promulgação desta Constituição. (grifou-se) O dispositivo transcrito da Constituição Estadual, ao mencionar expressamente as Autarquias, não deixa margem à dúvida no tocante à obrigatoriedade do Estado do Paraná em transferir os servidores autárquicos estáveis do BRDE ao seu quadro estatutário, mormente em face da retirada do Paraná do Convênio Codesul-BRDE.

Há que se ressaltar, como aspecto fático, que caso o Estado do Paraná, ao retirar-se do Convênio Codesul-BRDE deixe de cumprir o texto constitucional, nada dispondo sobre os servidores autárquicos do BRDE, estes, com toda a legislação e jurisprudência a seu favor, poderão conseguir do judiciário liminarmente a sua integração ao quadro estatutário do Estado.

São cerca de 150 (cento e cinquenta) os servidores estáveis do BRDE lotados na agência de Curitiba, de elevado nível técnico, que terão pleno aproveitamento nos órgãos do Estado.

É inconcebível que o Estado do Paraná, ao retirar-se do Convênio Codesul-BRDE, ficando com o acervo de bens deste órgão, não venha a assumir os servidores autár-

quicos estáveis do órgão extinto, mormente tratando-se de servidores detentores de estabilidade constitucional, que muitos prestaram de relevantes serviços ao nosso Estado.

Por tais motivos, e à vista dos fundamentos jurídicos alinhados, propomos a presente emenda ao projeto de lei do Sr. Governador do Estado.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 566/90, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que acresce artigo 6° e respectivo parágrafo único à Lei n° 8.521, de 06.07.87, já alterada pela Lei n° 9.114, de 01.11.89 (proíbe a venda, para crianças e adolescentes, de bilhetes ou equivalentes, em qualquer modalidade de loteria). Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 628/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Divino da Rocha. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 610/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno e outros, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Docentes de Ensino Superior, de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 573/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que altera a redação da Lei n° 9391, de 1° de outubro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 041/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que concede transporte coletivo intermunicipal gratuito aos maiores de 65 anos de idade, em todo o território paranaense. Aprovado. (Publ. no DA. n° 03, de 20.02.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 561/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 193/90), que autoriza aquele

poder a participar de consórcio com outros Estados, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no DA. n° 134, de 07.11.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 564/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 194/90), que autoriza aquele poder a participar de consórcio com o Estado de Santa Catarina, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no DA. n° 134, de 07.11.90).

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 270/88, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que denomina Colégio Estadual Moyses Lupion, o atual Colégio Estadual Valle Porto, em Antonina - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.O.T.C. e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Para justificar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para justificar, com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu quero votar contrário, com a mesma alegação, porque desde o início eu aleguei que este projeto é inconstitucional. A nossa nova Constituição não permite nominar órgãos públicos com pessoas vivas, como o nosso ex-Governador, Moyses Lupion, não apresentou ainda a sua certidão de óbito, então esta denominação é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É evidente que ele nunca vai apresentar. Alguém vai apresentar por ele.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas, se fosse hoje, ele poderia apresentar, não é Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação do Projeto de Lei, com voto contrário, Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 575/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 200/90), que autoriza aquele poder a doar ao município de Mangueirinha o lote de terreno sob n° 16-A, situado no quadro suburbano da sede daquele município, com área de 5,25 hectares, havido pelo Estado conforme transcrição n° 1192, às fls. 235 do livro 4-C do cartório de registro de imóveis da comarca de Palmas, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do projeto de Lei n° 612/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica, a ser destinado para a instalação da área administrativa da Prefeitura daquele município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 613/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do projeto de Lei n° 622/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 266/90), que autoriza aquele poder a empenhar as despesas com pessoal e encargos sociais, além do limite estabelecido no artigo 31 da Lei Estadual n° 9.407, de 19.10.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada por 01 sessão e inclusão no período extraordinário, o Projeto de Lei n° 622/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 01 sessão o Projeto de Lei n° 622/90.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 49/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Guaraniaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Diamante do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 195/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 141/90, ex-Proposição n° 137/90), que ratifica o convênio celebrado em 12.06.90, entre o Estado do Paraná e a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, objetivando repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para execução do projeto "Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 196/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 142/90, ex-Proposição n° 136/90), que autoriza o convênio datado de

17.07.89, bem como o termo aditivo firmado entre as mesmas partes, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, objetivando o desenvolvimento de atividades de pesquisa na produção de mudas de erva-mate, bem como o manejo erval a ser implantado no Parque Histórico do Mate. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 197/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 134/90, ex-Proposição n° 135/90), que autoriza o convênio celebrado entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Associação Comercial e Industrial de Maringá, objetivando a divulgação das potencialidades econômicas de Maringá e região. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 198/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 122/90, ex-Proposição n° 118/90), que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a conveniar com o Sindicato dos Químicos do Estado do Paraná - SIQUIM/PR, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para publicação do livro "Matérias primas mineiras". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 543/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Evangélica 2° Exército da Salvação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 545/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Igreja Apostólica Primitiva no Brasil, com sede e foro nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 599/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 212/90), que autoriza aquele poder a permutar o imóvel constituído pelo lote de terras na sede do município de São Jerônimo da Serra, de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 600/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 213/90), que autoriza aquele poder a firmar, com o município de Cruzeiro do Oeste, termo de cessão de uso do imóvel onde funciona o núcleo social daquele município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 601/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 215/90), que transforma, na estrutura da Coordenação da Receita do Estado da Fazenda, 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de Delegado Regional da Receita, categoria "C", em 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de Assistente Técnico, categoria "C", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 603/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 216/90), que autoriza aquele poder a firmar, com o município de Bocaiuva do Sul, termo de cessão de uso de área que especifica, naquele município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 606/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 220/90), que autoriza aquele poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 614/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 615/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, os imóveis que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 621/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que cria a Região Administrativa

de Foz do Iguaçu, com sede na localidade do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 631/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede a Senhora Ignês Picollo de Oliveira, viúva do ex-Prefeito de Andirá, Mauro Cardoso de Oliveira, pensão mensal no valor de Cr\$ 17.673,64 (Dezesse- te mil, seiscentos e setenta e três cru- zeiros e sessenta e quatro centavos). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Apro- vado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 050/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de Plebiscito, na área que especifica, no município de Cor- bélia, para que a respectiva população de- cida sobre a criação do município de Anahy. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 114/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de Plebiscito, na área que especifica, no município de Cor- bélia, para que a respectiva população de- cida sobre a criação do município de Igua- tu. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GE- RAL. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 199/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Men- sagem n° 121/90, ex-Proposição n° 117/90), que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, a celebrar convênio com a Sociedade Paranaense de Cultura (SPC), entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para realização de projetos e publicações. Com PARECER FAVO- RÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 200/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Men- sagem n° 110/90, ex-Proposição n° 86/90) que autoriza o Poder Executivo a subscre- ver ações, através da Fundação de Esporte e Turismo, para integralizar aumento de seu capital na COMFOZTUR. Com PARECER FA- VORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, arti- go por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 201/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Men- sagem n° 24/90, ex-Proposição n° 21/90), que ratifica o protocolo de intenções, firmado em 12.01.90, entre o Estado do Pa- raná, a APPA e a PORTOBRÁS, visando am- pliar o corredor de exportação. Com PARE- CER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 299/86, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que dá novas divisas ao município de São Jorge do Patrocínio, criado pela Lei n° 7474, de 22 de junho de 1981, con- forme específica. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 023/89, de autoria do Deputado David Che- rriagate, que ratifica a Lei n° 8674. (Cria o município de Diamante D'Oeste). Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 074/89, de autoria do Deputado Antonio Bárbara, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município da Marialva, o lote 3/72, subdivisão do Lote 72 da Gleba Pa- trimônio Marialva, conforme específica. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 313/89, de autoria do Deputado Namir Pia- centini, que dispõe sobre a escala de tra- balho dos Praças da Polícia Militar e dá outras providências. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 376/89, de autoria do Deputado Luiz Alber- to Oliveira, que concede o Título de Cida- dão Benemérito ao Senhor Sérgio Marcos Prosdócimo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 521/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre a contratação de artistas pelos órgãos públicos da Adminis- tração Direta. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 525/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que estabelece a obrigatoriedade de contratar atendente e/ou técnicas de enfermagem para atuarem junto às Escolas Primárias e pré-Primárias do Estado do Pa- raná. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 602/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que proíbe a distribuição, circulação e comercialização de combustíveis aos quais tenha sido adicionado metanol (CH<sub>3</sub>-OH), conforme especifica. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente.

Eu quero manifestar o meu voto contrário ao Projeto número 602/90 do Deputado Algaci Túlio.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente.

Pelos mesmos motivos que o Deputado Basílio Zanusso já que encaminhei na primeira votação, questão de constitucionalidade, eu registro o meu voto contrário por julgar que é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam o Projeto conhecido como Metanol, queiram levantar-se, os que aprovam a permissão do metanol.

Dez aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

17 o rejeitam.

Dezessete aprovam...(Pausa).

Doze rejeitam. Está aprovado o Projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, apenas para justificar.

No instante em que o Conselho de Energia Nacional autorizou a venda do metanol no Brasil, autorizou no território nacional inteiro. Portanto, é inconstitucional o Estado ou Município legislar sobre a venda ou não de uma matéria que é de exclusiva competência do Governo Federal.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 609/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 218/90), que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Goioerê, o imóvel que especifica. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 611/90, de autoria do Deputado Raul Lopes e Outros, que acresce parágrafo único ao Artigo 1°, da Lei n° 8521, de 06 de julho de 1987, modificado pela Lei n° 9114, de 10 de novembro de 1989. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 620/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 223/90), que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Congonhi-

nhas o imóvel situado no lugar denominado Patrimônio Nossa Senhora do Carmo, naquele município. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 626/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria a região administrativa de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 627/90, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que autoriza o Poder Executivo a lotear e proceder doações conforme especifica, no município de Curitiba. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 202/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 167/90, ex-Proposição n° 151/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor Júlio Siqueira, o imóvel constituído do lote n° 152, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, com área de 239,9174 hectares. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 203/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 137/90, ex-Proposição n° 132/90), que autoriza o Estado do Paraná a celebrar Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Paraná, visando o desenvolvimento de atividade conjunto de pesquisa, extensão, formação e desenvolvimento auto sustentado na área do meio ambiente. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 204/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 123/90, ex-Proposição n° 119/90), que autoriza o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o IPARDES, visando a prestação de apoio financeiro do Estado, para a realização de projetos e publicações conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 205/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 181/90, ex-Proposição n° 167/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Alceu Alves Falheiros e Alceu Kiyoku Falheiros ou seus sucessos-



res, o imóvel constituído de Lote 04 da gleba 18, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 203,2941 hectares. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 206/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 120/90, ex-Proposição n° 107/90), que ratifica o Acordo de Cooperação Técnica, já celebrado, por motivo de urgência, em 05.06.90, entre a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria da Educação; com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná e da Fundação Educacional do Paraná, objetivando implementação do Programa de Desenvolvimento Urbano - PEDU. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 209/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 205/90, ex-Proposição n° 176/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 210/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 204/90, ex-Proposição n° 175/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 211/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 166/90, ex-Proposição n° 150/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 212/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 214/90, ex-Proposição n° 177/90), que autoriza o Poder Executivo, a alienar à União, o imóvel constituído do Lote n° 139, da gleba 15, da Colônia Boa Ventura, no município de Pitanga, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 214/90, de autoria da CPI DA SAÚDE, que aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, que averiguou irre-

gularidades na área de saúde, no tocante à compra de produtos médico-hospitalares. Aprovado.

0 SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos em n° de 02 (dois), de autoria dos Srs. Deputados Luciano Pizzatto e João Arruda, constantes do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido Emendas no curso de suas tramitações. Aprovados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Convocação de 01 (uma) Sessão Extraordinária para a tarde de hoje, após o encerramento da Sessão Ordinária. Outrossim requer a dispensa do interstício para a votação das normas constantes na presente Ordem do Dia. Aprovado.

0 SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) - Esse requerimento do Líder do Governo não poder ser proposto, porque nós temos um Regimento Interno.

0 SR. CAÍTO QUINTANA - Do Deputado Caíto Quintana. Não foi do Líder.

0 SR. PEDRO TONELLI - Não pode ser proposto porque nós temos um Regimento Interno que pode ser alterado. Agora, não podemos, propor, aliás eu nunca propus aqui porque eu tenho certeza que não se pode propor realizar uma outra sessão, descumprindo aquilo que está sacramentado no nosso Regimento Interno da Casa. Então, é anti-regimental, Sr. Presidente. Eu faço um apelo a Vossa Excelência para que cumpra a rigor o Regimento Interno desta Casa e que nós não podemos realizar essa sessão porque não está cumprido o interstício exigido pelo nosso Regimento Interno.

0 SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou suspender a sessão por cinco minutos para que as lideranças novamente se entendam porque há matéria de sumo interesse e eu gostaria que as lideranças... (VOZES PARALELAS).

0 SR. NILTON BARBOSA - O Plenário é soberano, Sr. Presidente. Coloque em votação, Sr. Presidente.

0 SR. CAÍTO QUINTANA - ... (VOZES PARALELAS) O Deputado Pedro Tonelli, que para orgulho nosso, do Paraná, da minha região, elegeu-se Deputado Federal, vai conviver diariamente com o Congresso Nacional votando duas ou três sessões diárias...



O SR. PEDRO TONELLI - Mas lá o Regimento permite, nobre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Aqui também.

O SR. PEDRO TONELLI - Aqui não. Lá permite.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O Plenário de qualquer Assembléia sempre será soberano a qualquer Regimento. Se ele pode mudar o Regimento, ele pode...

O SR. PEDRO TONELLI - Então não tem Regimento. Então valem as negociações da hora. Então rasga o Regimento...(VOZES PARALELAS)...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a votos o requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito, Sr. Presidente. Como o Plenário de qualquer Assembléia é poder soberano sobre o Regimento que ela mesmo fez, razão pela qual a deliberação de Plenário supre o interstício colocado no Regimento. E mais do que isto: se o Deputado Pedro Tonelli diz no nosso Regimento não existe a questão do interstício então não existe nem razão para não ser possível a realização...

O SR. PEDRO TONELLI: Senhor Presidente, eu faço um apelo. Não sei quais os projetos que vão constar da pauta da próxima sessão que possivelmente, será daqui a um minuto. Eu tenho 335 emendas para apresentar a esses projetos, possivelmente. Eu não vou ter poder de legislar sobre a matéria. Então não é possível, de maneira nenhuma, que se admita colocar em apreciação por propositura. Isso é "mandrake" que o Líder do Governo está aprontando neste momento neste Plenário. Por isso, Senhor Presidente, faço um apelo: essa matéria não poderia ser acatada. A Mesa deveria rejeitar simplesmente, porque se for preciso, convoca-se uma sessão para amanhã, porque amanhã o Deputado Pedro Tonelli apresentará as suas emendas ou não, porque eu tenho oportunidade de estudar as matérias que estarão na Ordem do Dia, porque não sou mágico para adivinhar e nem astrólogo para prever o que vai constar da pauta daqui a cinco minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - As matérias são as mesmas que constavam na reunião aqui. 1.<sup>a</sup> discussão e 2.<sup>a</sup> discussão. Se V.Exa. leu a pauta, há questão de uma semana atrás, as matérias são as mesmas da Ordem do Dia, de tal sorte que se V.Exa. está faltando com a verdade, nas 335 emendas, ou está emendando mais de uma vez cada

projeto, porque consta aqui bem menos do que isso na Ordem do Dia.

O SR. PEDRO TONELLI - Esse é um direito meu, Deputado. Sempre me programo no sentido de que diariamente vou apreciar todas as matérias que constam na Ordem do Dia.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, põha em votação essa matéria.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, o Deputado Pedro Tonelli é Deputado constante, freqüente às sessões, zeloso e esta Casa reconhece o seu cuidado que tem no cumprimento do Regimento. Porém, nós votamos ainda nesta sessão ou na próxima passada, resolução que altera profundamente o Regimento desta Casa, que regeu os destinos deste Plenário, durante decênios. O ilustre Deputado Erondy Silvério foi o relator do Projeto do novo Regimento de iniciativa desta Comissão. Muitas inovações, fundamentalmente aquelas determinadas pela nova Constituição, quero crer que apenas o Deputado Erondy Silvério tenha tido o cuidado e o zelo, até por designação da Mesa, em ser o relator, por conhecer o novo Regimento, que nós desconhecemos.

Portanto, justifica plenamente que o Plenário decida sobre o requerimento do Deputado Caíto Quintana nesse mês de transição regimental, eu diria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa deixa de atender ao requerimento do Deputado Caíto Quintana, tendo em vista que considera o período de interstício não vencido.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, eu requeiro de Vossa Excelência que seja submetido à votação do Plenário a decisão desta eminente Presidência, baseado no artigo 113, parágrafo 2º do Regimento Interno:

"A Assembléia Legislativa poderá diminuir esse interstício a requerimento de qualquer Deputado, nunca porém de modo que se faça na mesma sessão, uma votação e a discussão subsequente".

Portanto, o próprio Regimento Interno determina que, a requerimento de qualquer Deputado, pode-se diminuir o interstício da matéria.

O SR. PEDRO TONELLI - Esse artigo justifica a decisão de Vossa Excelência, Senhor Presidente. Pode reduzir o interstício. Poderia ser amanhã de manhã.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não pode.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Caíto Quintana requer seja ouvido o Plenário, pela decisão que a Mesa tomou. Recorre ao Plenário. A Mesa vai submeter a votos a decisão de acordo com o Regimento Interno.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana, queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu voto contra.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar à Mesa que incluisse no período de sessões extraordinárias, os Projetos de Lei n.ºs 614, 615, 621 e 626 de autoria deste Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deferida.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Outra questão, Senhor Presidente, antes de iniciarmos a próxima sessão, eu gostaria de lembrar que o artigo 62 da Constituição, parágrafo 4º, ocorre-me isto manuseando a Constituição, que "durante o recesso haverá uma Comissão representativa da Assembléia Legislativa eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas regimentalmente e cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária".

Então sugiro às lideranças e à Mesa que se faça a escolha, já que a própria Constituição define que é feita por representação partidária e de acordo com os cálculos que as próprias lideranças depois indicassem os nomes para que esta Comissão funcionasse durante o recesso.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela ordem, Senhor Presidente. Pediria a inclusão do Projeto de Lei n.º 299/86, de autoria do Deputado Ezequias Losso na convocação extraordinária. Bem como do Projeto de Lei n.º 609/90, de autoria do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendido.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, já falei pessoalmente a Vossa Excelência mas gostaria de ratificar, é o projeto n.º 610/90, no período extraordinário e também o n.º 628/90.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendido.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente,

apenas para lembrar o nosso projeto sobre diminuição da taxa de esgoto da SANEPAR também para o período extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deferido.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, também solicitaria que fosse colocado o meu projeto, 601.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estão todos deferidos.

Nestas condições, vou encerrar a sessão. Antes porém, em virtude de meu afastamento da Presidência, quero convidar o nobre e ilustre Deputado Orlando Pessuti para assumir a Presidência desta Casa. Sugiro ao Plenário uma salva de palmas. (Palmas).

( Assume a Presidência o Deputado Orlando Pessuti ).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Neste momento em que assumimos a Presidência do Legislativo, gostaríamos de agradecer ao Deputado Anibal Khury, desejando a ele uma boa estada nos lugares que percorrer em descanso; agradecer pelo trabalho na sessão de hoje e nas demais; agradecer a presença dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n.º 2970, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 (dez) sessões, após findo o processo de votação, dos Projetos de Lei n.ºs 313/89; 521, 525 e 611/90, todos constantes da pauta da Sessão Plenária de hoje.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões os Projetos de Lei n.ºs 313/89; 521, 525 e 611/90.

Requerimento de n.º 2941 de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2978 de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2904 de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2930 de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2931 de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2933 de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2966 e 2967 de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2943 de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2942 de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2993 de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, Caio Quintana e José Rogério Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2939 de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Senhores Deputados Pedro Tonelli, João Arruda, Raul Lopes e José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2907 e 2908 de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2910, 2911, 2948 e 2949, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2957, 2958, 2959, 2960, 2961 e 2962 de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2912, 2921, 2922, 2923, 2924, 2925, 2926, 2927, 2928 e 2929, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2987, 2988 e 2989 de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 543/90, 545/90, 566/90, 599/90, 600/90, 601/90, 603/90, 606/90, 610/90, 614/90, 615/90, 621/90, 623/90, 631/90, 633/90, 642/90; e dos Projetos de Resolução n°s 50/90, 114/90, 199/90, 200/90 e 218/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 299/86, 23/89, 74/89, 376/89, 602/90, 609/90, 620/90, 626/90, 628/90; e dos Projetos de Resolução n°s 202/90, 203/90, 204/90, 205/90, 206/90, 209/90, 210/90, 211/90, 212/90 e 214/90.

Levanta-se a Sessão.